

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Nós confiamos em Deus

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano IV – Nº 16 – Abril / Maio / Junho – 2015

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição. Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente do Senado Federal
A importância da sessão temática sobre a Petrobras e o pré-sal



Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)
Presidente da Câmara dos Deputados
Mudança no texto da PEC aprovou a redução da idade penal de 18 para 16 anos



Ministro Enrique Ricardo Lewandowski
Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)
STF e Suprema Corte da Rússia assinam acordo de cooperação

Todo
mundo
entende
um pouco
de **publicidade,**
procure
quem
entende
muito.

Com mais de uma década de atuação, a WT Publicidade é uma agência de comunicação que atende diversos segmentos, como alimentício, logístico, imobiliário, hoteleiro, saúde animal e, principalmente, saúde humana.

A abrangência de contas atendidas demonstra a criatividade e a capacidade da WT em atender as expectativas e se moldar conforme as necessidades de seus clientes. A relação com as empresas é muito próxima, o que permite o contato direto a todos os colaboradores da agência, estabelecendo agilidade e pontualidade em todos os processos. Além da área *offline*, temos um portfólio com inúmeros materiais digitais, entre *movies*, materiais interativos, *games* e etc.

Entre em contato e descubra quantas ideias a WT tem para a sua empresa.

11 5181.5599
wt@wtpublicidade.com.br
www.wtpublicidade.com.br

Avenida das Nações Unidas, 18.801
Conjuntos 1218 e 1219 - Santo Amaro
São Paulo - SP - 04795-100





O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO IV – Nº 16 – Abril / Maio / Junho – 2015

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Colaboração jurídica: Dr. Luis Alexandre Oliveira Castelo

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Manfrinato

Imagem e ilustrações: Antonio Carlos Souza

Revisão: Sílvia Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

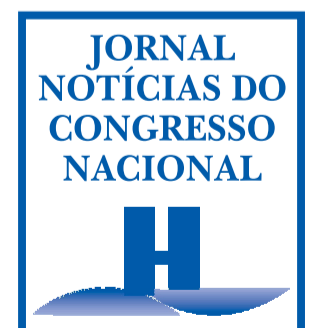
Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil.

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br – **ISSN:** 2358-5374.

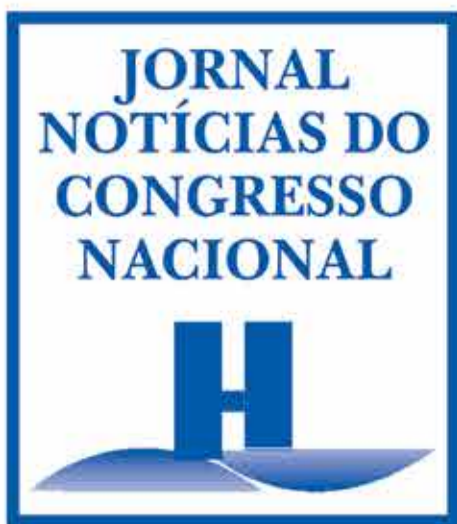
* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus



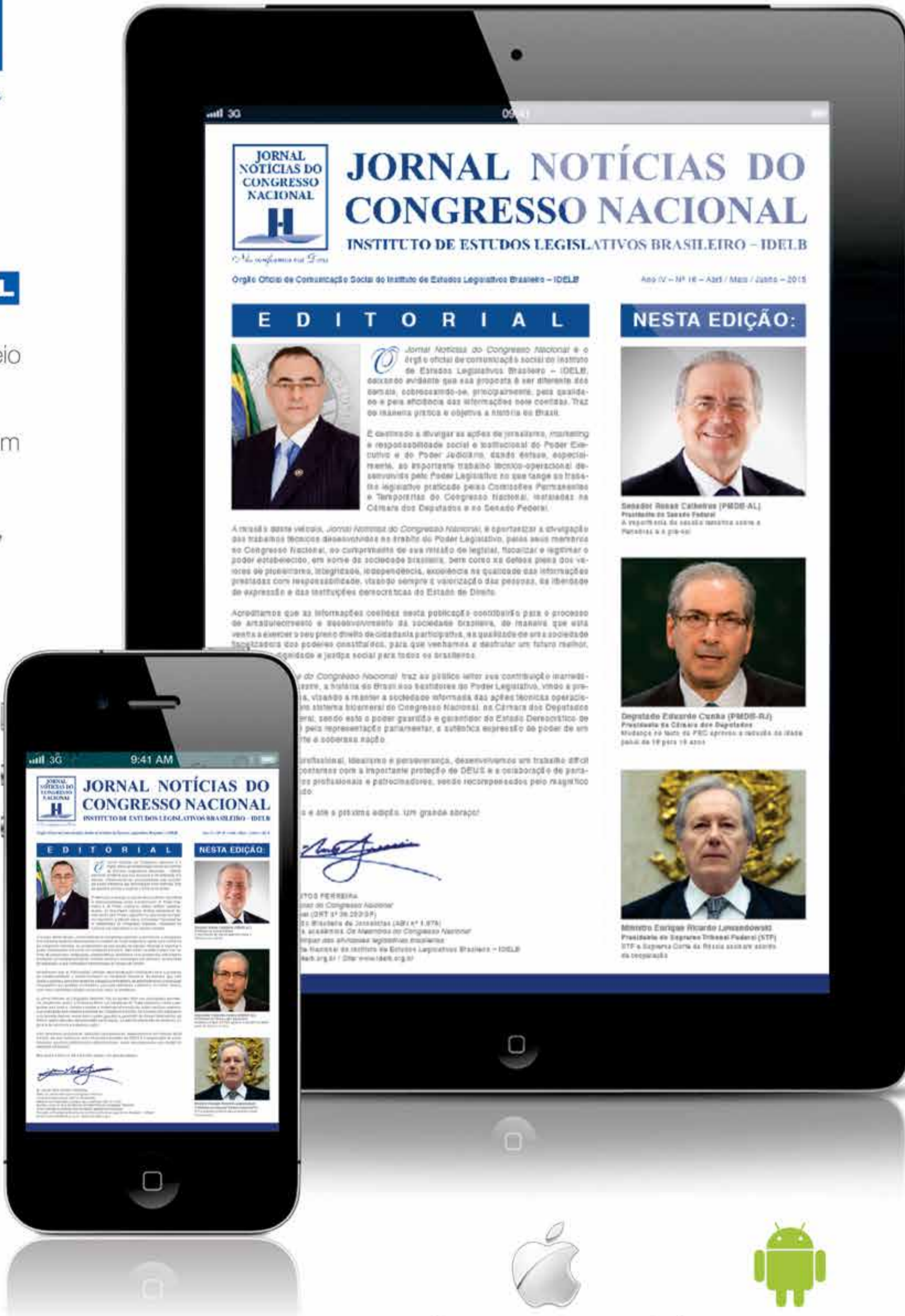


Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no tablet e no celular.

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Senador José Renan Vasconcelos Calheiros (PMDB-AL)

Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, FALA DA IMPORTÂNCIA DA SESSÃO TEMÁTICA SOBRE A PETROBRAS E O PRÉ-SAL

Desde 2013, quando reassumi a Presidência do Senado Federal, convenci-me de que as apreciações sobre questões controversas e de grande importância para a sociedade devem ser mais acuradas e aperfeiçoadas com a oitiva de especialistas e de autoridades de outros poderes sobre os assuntos em baila. Assim, aqui já realizamos sessões temáticas com debates bastante profícuos sobre reforma política, financiamento da saúde pública, pacto federativo e terceirizações. Tão logo seja o momento adequado, deveremos realizar também sessões temáticas sobre segurança pública, financiamento das campanhas eleitorais, o Fies e outros temas que já estão pautados.

A sessão temática Petrobras, como todos sabem, faz-se necessária, por uma série de razões. As decisões sobre a Petrobras urgem. O momento é propício, pois toda a nação se preocupa em encontrar saídas para a empresa, e o assunto, como todos sabem, é candente.

A questão energética é crucial para qualquer país. O petróleo, por muitos anos, será estratégico, pois, ainda hoje, com o advento de várias outras fontes de energia, é responsável por mais de 50% da matriz mundial. Como matéria-prima, encontra-se presente em mais de três mil produtos. Garantir sua exploração, o domínio e a continuação do nosso desenvolvimento tecnológico, o uso adequado na atualidade e, ainda, que não falte esse recurso para as futuras gerações de brasileiros é, como todos sabem, obrigação de todos nós e, principalmente, do Congresso Nacional.

Dessa forma, devemos analisar cuidadosamente o atual sistema instituído pela Lei nº 12.351, de 2010. O art. 10º desse marco legal é o que define a participação mínima nos consórcios de exploração, não inferior a 30%. Essa exigência está atendendo aos nossos objetivos de crescimento? Está sendo adequada às nossas potencialidades?

De qualquer maneira, não é prudente analisar a questão energética somente pelo prisma da lógica econômica. Vários são os exemplos de países que, após a submissão de práticas das grandes corporações do setor, ficaram a ver navios, tais como

a Argentina e a própria Indonésia. Pesquisa de abril deste ano do DataSenado, de parceria com a Universidade de Columbia, constatou a grande preocupação da população brasileira com nossas matrizes energéticas e com outros assuntos correlatos, tais como mudanças climáticas e poluição do ar. No universo pesquisado, composto de 1.166 brasileiros maiores de 16 anos e com acesso à telefonia fixa, 76% defendem que parte dos impostos arrecadados seja aplicada em políticas de incentivo à energia limpa, 65% discordam de mais investimentos em usinas nucleares, 56% apoiam mais investimentos em hidrelétricas, e 77% concordam com o financiamento de energias solar e eólica. Dessa forma, podemos avaliar que grande parte da população anseia por mudanças no setor energético.

O atual modelo de partilha do pré-sal, semelhante ao adotado pela Noruega, prevê que o produto extraído é de propriedade do Estado, em contraposição à propriedade exclusiva do concessionário, no caso evidentemente da concessão. No modelo de concessão adotado para as outras bacias brasileiras, entre essas Marlim, Roncador e Jubarte, o contratado assume o controle gerencial do projeto de exploração e de produção do petróleo, assim como todos os custos e riscos do negócio. Após os pagamentos à União, o petróleo e o gás natural extraídos são de propriedade exclusiva do concessionário. Esse sistema é usado em caso de risco exploratório médio ou alto. Vence a licitação o contratado que conferir maior participação em favor do Estado no volume de petróleo produzido.

Após investimentos de bilhões de reais, de décadas de pesquisas e de altíssimo desenvolvimento tecnológico do nosso país, foram descobertas as jazidas gigantes do pré-sal. Apesar de todos os pesares envolvendo a administração da Petrobras, a maior e mais importante empresa do país ainda desfruta de confiabilidade no mercado internacional. Recentemente, a empresa emitiu R\$ 8 bilhões em financiamento de cem anos. No fim do mês passado, os chineses financiaram R\$ 22 bilhões à Petrobras, com a certeza de que o pré-sal tem entre 70 e 300 bilhões de barris.

É, sem dúvida alguma, uma notícia alvissareira. Aqueles que defendem o atual modelo questionam se não haveria risco de fraudes no cálculo dos custos dos empreendimentos futuros e da operação

com a possível redução da fração de petróleo partilhada com o Estado brasileiro, caso adotássemos o modelo das concessões. Temem que mudanças no atual modelo, tendo a Petrobras como operadora, impossibilitem a aferição correta na medição dos volumes de petróleo e gás produzidos, aumentando, dessa forma, a sonegação de impostos e a evasão de divisas na exploração do óleo, feita a centenas de quilômetros da costa brasileira.

Encontram-se tramitando no Senado vários projetos que dizem respeito à área de óleo e gás, sobre a Petrobras e sobre outros assuntos semelhantes. Temos que avaliar, detalhadamente, cada um deles, para que, ao fim e ao cabo, a soberania do país no setor energético, verdadeiramente, não seja comprometida. Entre as propostas encontra-se o PLS nº 131, que flexibiliza a exigência de 30% de participação da Petrobras na exploração do pré-sal.

Esse, como todos sabem, é um dos nossos desafios. Esta sessão temática ocorre exatamente para que nós possamos, do ponto de vista dos Senadores, das Senadoras, das bancadas, das suas lideranças, encaminhar a mais consentânea decisão do Senado Federal com o interesse do país. Não se trata – é preciso deixar claro – de uma imposição. Ela só estará desobrigada, defendem alguns, desse percentual. Muitos Senadores já expuseram aqui, na última semana, os seus pontos de vista sobre a matéria, e podemos observar que o assunto, caso não tenhamos clareza do que queremos para o Brasil e capacidade de conduzir adequadamente os nossos trabalhos, se tornará explosivo.

Temos que levar em conta, sobremaneira, o que se encontra em jogo: o patrimônio do povo brasileiro, e não somente a nossa principal empresa, que, somente no primeiro trimestre deste ano, teve lucro de R\$ 5 bilhões e tem reservas de mais de 30 bilhões de barris e produção de 2,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia. É sobre tudo isso que temos que ponderar. Que tenhamos combustível para tanto e energia para discutir até os últimos minutos desta sessão temática, nem excessivamente, que nos coloque em ebulição incontrolável, nem que nos falte energia para lançar maior luz sobre o assunto.



Palácio do Congresso Nacional



Deputado Eduardo Cosentino da Cunha (PMDB-RJ)

Presidente da Câmara dos Deputados



O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DEPUTADO EDUARDO CUNHA, ARTICULOU UMA MUDANÇA NO TEXTO DA PEC E APROVOU A REDUÇÃO DA IDADE PENAL DE 18 PARA 16 ANOS

Sob o comando do Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada de 2 de julho, a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, nos casos de crimes hediondos (estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado e outros), homicídio doloso e lesão corporal com morte. Foram 323 votos a favor, “155 contra e duas abstenções. Como se trata de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), eram necessários 308 votos. Ainda será preciso votar novamente na Câmara e em outros dois turnos no Senado Federal.

Enquanto o Brasil aguarda, com expectativa, a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, para crimes hediondos e graves, a medida está em discussão na Câmara dos Deputados. O clima esquentou o debate entre autoridades, políticos e especialistas sobre a idade adequada para punir menores que cometem delitos. Um estudo publicado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, de autoria da consultora Gisela Santos de Alencar Hathaway, verificou que, entre 72 países de todos os continentes, em 44 (61%) a maioridade penal é de 18 anos ou mais.

No Brasil, apesar da legislação seguir essa tendência, existe a figura jurídica da idade mínima de responsabilidade penal, que permite a privação de liberdade para adolescentes a partir dos 12 anos. O conceito tem origem na Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989, que criou um modelo de responsabilidade penal para pessoas menores de 18 anos. O Brasil, que é signatário do acordo, foi um dos primeiros a se adequar, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

Em sua publicação, a consultora da Câmara utilizou dados de pesquisas internacionais – do Reino Unido, de 2009, e a mais recente, publicada este ano nos Estados Unidos – para comparar a idade mínima de responsabilidade penal e a maioridade penal em diversos países. A análise dos dois estudos, segundo Gisela, mostra que a tendência internacional é de manter a maioridade penal em 18 anos. Um sistema em que os adolescentes em conflito com a lei são submetidos à justiça juvenil a partir dos 12 anos e passam a ser penalmente imputáveis a partir dos 18 anos é comparativamente equilibrado e justo, estando em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil sobre os direitos humanos das crianças e dos adolescentes e dos jovens como minorias étnicas, escreve a pesquisadora no estudo.

De acordo com o consultor da Unicef e juiz aposentado, João Batista Costa Saraiva, a convenção da ONU firmou, a partir de estudos científicos, o entendimento de que pessoas em desen-

volvimento têm uma compreensão de espaço e tempo diferente da de um adulto. Por isso, o período de privação de liberdade para adolescente é mais breve. “Quem trabalha com adolescente sabe que um rapaz de 16, 17 anos pode transformar-se completamente, em um período muito menor do que um adulto, acrescenta Costa Saraiva.

A nova emenda aliviou a PEC (original, que incluía todos os crimes) ao indicar que retiraria o tráfico de drogas e o roubo qualificado dos crimes pelos quais os jovens de 16 anos responderiam como adultos.

Com a nova estratégia definida, o grupo favorável à PEC saiu em busca dos cinco votos que faltavam. O Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, ligou para parlamentares, em especial do PMDB, e contou com o reforço dos líderes de partidos como PSD, DEM e PSDB, que tentaram enquadrar os “infiéis” de suas bancadas. À tarde, o Presidente comunicou a decisão de manter a redução em discussão: “Vamos votar, sim. Os líderes querem votar”.

O MINISTRO DA JUSTIÇA AFIRMA QUE NÃO HÁ VAGAS PARA NOVOS PRESOS

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que a aprovação da PEC pelo plenário da Câmara dos Deputados é “catastrófica” para o sistema prisional. Disse que o impacto nas cadeias seria ainda maior diante do novo texto, exigindo 60 mil novas vagas por ano.

Em 2014, o Brasil chegou à marca de 600 mil pessoas presas. Isso significa que a população carcerária do país cresceu quase sete vezes em vinte e cinco anos, ao passo que a população do país aumentou por volta de 40%. Os dados são do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen), divulgados em 23 de junho de 2015.

De acordo com o estudo, referente a junho de 2014, o Brasil registrou 607,7 mil presos, ante 581 mil apurados no ano anterior. Em dados proporcionais, o país registra 300 pessoas presas para cada 100 mil habitantes. Só que o país excede sua capacidade de aprisionar em mais de 200 mil vagas, ou seja, o Brasil tem uma taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais de 161%. Segundo o Infopen, são 607 mil presos e 376,7 mil vagas.

Segundo a apresentação do estudo, assinada pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o relatório aponta para um “preocupante processo de hiperencarceramento”. “Além da necessidade de construção de vagas para o sistema

prisional, em relação à qual nos últimos anos o governo federal fez investimentos recordes, que ultrapassam a cifra de R\$ 1,1 bilhão, é preciso analisar a ‘qualidade’ das prisões efetuadas e o perfil das pessoas que têm sido encarceradas.”

Pela primeira vez, o Ministério da Justiça traz em seu relatório dados comparativos com os de outros países. Baseia-se nos relatórios produzidos pela organização civil International Centre for Prison Studies. E, na balança, o Brasil fica à frente da maioria dos países estudados, com a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia, nessa ordem.

Argumento contra o peso desse dado é o fato de o Brasil ter a quinta maior população do mundo. Em relação à taxa de aprisionamento, fica atrás dos EUA, da Rússia e da Tailândia. Os Estados Unidos apresentaram quase 700 pessoas presas para cada 100 mil habitantes em 2014.

E, se os dados comparativos podem servir de escudo para que as administrações penitenciárias digam que estão andando no mesmo caminho que os demais países, basta olhar para a série histórica. A taxa de aprisionamento brasileira foi a única que cresceu, entre as quatro maiores taxas do mundo, entre 2008 e 2014. No Brasil, a alta foi de 33%. Nos EUA, houve queda de 8%; na China, de 9%; e, na Rússia, de 24%.

Outro dado no qual o Brasil desponta no cenário internacional é o da quantidade de pessoas presas provisoriamente, que corresponde a 41% de toda a população carcerária do país. Houve uma correção quanto a esse dado. Nos outros relatórios, o Ministério da Justiça considerava “presos provisórios” todos aqueles detentos sem decisão condenatória não transitada em julgado. Agora, passou a considerar os presos que ainda não foram alvo de qualquer decisão judicial. Desses, 60% estão nessa condição há mais de noventa dias.

A proporção de presos sem sentença é a mesma dos presos em regime fechado: 41%. E, para cada pessoa no regime aberto, há 14 no fechado. Conclui-se que não há meio-termo quando se trata da política criminal do país: ou se está preso sem condenação ou se está condenado ao regime mais grave. O déficit de vagas repete-se com ainda maior gravidade se as informações forem recortadas por tipo de prisão. O país tem 115,6 mil vagas para presos provisórios, mas 222 mil pessoas presas sem condenação. Ao mesmo tempo, tem 164,8 mil vagas de regime fechado e 249,7 mil pessoas condenadas sob essa modalidade.



Palácio do Congresso Nacional



Ministro Enrique Ricardo Lewandowski

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)



OS PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA SUPREMA CORTE DA RÚSSIA ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO

Ob a competente gestão do Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Poder Judiciário do Brasil e o da Rússia assinaram acordo de cooperação.

O Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça, e Vyacheslav Lebedev, Presidente da Suprema Corte da Rússia, assinaram, no dia 02 de junho um Memorando de Entendimento para cooperação entre as duas Cortes Supremas, com foco especial no intercâmbio de experiências e boas práticas nas áreas de sistemas eletrônicos e de informática. No documento, as duas cortes também se comprometem a trocar conhecimento sobre normas e regulamentos aplicáveis à magistratura em ambos os países e a implementar atividades judiciais de interesse mútuo.

“Tenho a certeza de que, aqui, damos passo importante para o fortalecimento dos nossos tribunais e da nossa magistratura”, afirmou o Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski, sobre o memorando, durante sua participação, em sessão plenária do Conselho de Juízes da Federação Russa, órgão equivalente ao CNJ. “O intercâmbio entre os Poderes Judiciários do Brasil e da Rússia é um exemplo de atividade de cooperação que podemos efetivar entre os nossos países, na busca do aperfeiçoamento institucional e da difusão de boas práticas, em benefício de todos os envolvidos”, reafirmou.

No discurso, o Ministro Lewandowski destacou o trabalho do CNJ para de sistematizar a gestão do Poder Judiciário brasileiro e classificou a tecnologia como um “instrumento essencial” para conferir eficiência à Justiça. “No Brasil, está em andamento um projeto ambicioso de informatização dos processos, que passarão a tramitar em meio integralmente digital”, disse.

Segundo o Ministro Lewandowski, o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), instituído pela Resolução n 185/2013 do CNJ, está implantado em 42 tribunais, além do próprio Conselho. Nos Estados, 15 Tribunais de Justiça (TJs) e 858 órgãos julgadores de primeiro e segundo grau utilizam o sistema. Na Justiça do Trabalho, informou Lewandowski, 74% das cortes de primeira instância e 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) também usam o PJe, com distribuição de mais de 3,6 milhões de processos eletrônicos.

SEMELHANÇAS

O Ministro Lewandowski também destacou para os magistrados russos as semelhanças entre o Brasil e a Rússia, inclusive entre seus Poderes Judiciários. “Ambos adotamos a forma federativa de Estado, o que acarreta a descentralização administrativa dos diversos tribunais que se espalham pelas distintas regiões do país”, disse.

Ele observou ainda que as enormes distâncias e o difícil acesso a determinadas regiões, como é o caso da Sibéria e da Amazônia, representam um desafio significativo para a efetividade da Justiça em todo o território das duas nações.

Mas, segundo o Presidente do STF, Ministro Lewandowski, mesmo diante de tais dificuldades, no Brasil o Judiciário desponta “como um ator fundamental para a manutenção do equilíbrio institucional, da paz social e da garantia aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros”, enfrentando questões “antes reservadas exclusivamente aos demais Poderes” e “participando de maneira mais ativa da formulação de políticas públicas”, especialmente nas áreas da saúde, do meio ambiente, do consumo e da proteção de idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.

De acordo com o Ministro Ricardo Lewandowski, a consequência de tamanha projeção é o aumento significativo do número de processos em tramitação no Judiciário brasileiro. Segundo levantamento do CNJ, em 2014 tramitaram no Brasil cerca de 95 milhões de processos. “Mediante um esforço quase sobre-humano, os magistrados brasileiros – cujo número correspondia, em 2014, a aproximadamente 16.500 juízes – preferiram mais de 25 milhões de sentenças, cerca de 1.600 para cada juiz”, concluiu o Presidente do STF.



O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski e o Ministro Vyacheslav Lebedev, Presidente da Suprema Corte da Rússia, assinam o acordo de cooperação.



O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, na Presidência da Suprema Corte da Rússia.



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

OPEC – THE GLOBAL POWER OF PETROLEUM

6º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP)

Um diálogo franco e direto sobre o mercado mundial do petróleo

Em 3 de junho de 2015, o famoso Palácio de Hofburg, na Áustria, voltou a abrir as suas portas para o 6º Seminário Internacional da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O imponente edifício, que é do século 13, sediou por dois dias intensos debates sobre o setor global de petróleo. Antiga residência imperial da dinastia Habsburg, governante do Império Austro-Húngaro, o Hofburg tem sido o lar de algumas das pessoas mais poderosas nas histórias europeia e austríaca. Hoje, parte do palácio constitui a residência oficial e o local de trabalho do Presidente da Áustria.

O 6º Seminário Internacional da OPEP ofereceu a tomadores de decisão, especialistas e analistas a oportunidade de identificar e analisar os desafios enfrentados pela indústria de petróleo na atual conjuntura e nos próximos anos. O alto escalão de delegados costuma incluir na OPEP os Ministros de Petróleo e de Energia, chefes de grandes empresas de petróleo, organizações internacionais e instituições de energia, capitães da indústria, bem como acadêmicos renomados e, claro, a mídia internacional.

Durante os dias 3 e 4 de junho de 2015, os participantes ouviram de 30 oradores proeminentes todos os aspectos importantes do setor de petróleo global. O seminário foi dividido em cinco sessões, cobrindo uma gama de temas da atualidade, que incluíram as perspectivas globais de energia, a estabilidade do mercado de petróleo, a capacidade de produção e de investimento, a tecnologia e o meio ambiente e as perspectivas à economia mundial. O evento teve público de 700 participantes, e nele foi apresentado um planejamento sobre o mercado global de petróleo.

Claramente, com tanta incerteza no mercado internacional de petróleo hoje, fóruns de alto nível de energia internacionais, como o seminário da OPEP, são essenciais para enfrentar as principais questões e ajudar a superar os desafios existentes no mercado global.

A OPEP vem trabalhando em prol do equilíbrio do mercado de petróleo e para limitar a volatilidade das partes interessadas da indústria de energia, mantendo a convicção de que o controle dos preços tem sido fundamental para a causa da organização desde sua formação, em 1960. Esse compromisso é primordial para a estabilidade. Por isso é que a organização e seus países membros fizeram repetidos apelos para a cooperação entre as principais partes do diálogo estabelecido. Regular pode dar melhor compreensão dos complexos mecanismos internos dos mercados de energia e de petróleo.

Há grande otimismo de que a economia global venha a ser impulsionada pelo aumento da demanda do petróleo. Cremos que se está movendo na direção certa, embora lentamente. A situação ainda é frágil. Por isso, é importante que essa melhoria inicial seja cuidadosamente cultivada. Tendo em vista que todo mundo se beneficia com uma economia forte, buscamos seguir o princípio de que todos têm um papel a desempenhar em seu campo de atuação para o bem-estar de todos, incluindo aqueles que são ligados ao setor de petróleo.

O Seminário Internacional da OPEP é apenas um dos vários veículos pelos quais as principais partes interessadas do setor de petróleo podem reunir-se para discutir as tendências do mercado global e determinar o melhor caminho a seguir para o futuro. Outro empreendimento significativo tem apresentado grandes progressos ao longo dos anos. É o Fórum Internacional de Energia (IEF), que traz produtores e consumidores juntos. Sob tais iniciativas, têm sido discutidas abertamente as questões mais importantes da indústria com todas as partes envolvidas, como os produtores, os consumidores, as empresas de petróleo e os investidores. Todos juntos em uma só mesa são capazes de diminuir suas diferenças e chegar a um consenso viável para todos em uma mesma direção.

Os países membros da OPEP são: Argélia, Angola, Equador, República Islâmica do Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela.

DADOS EXTRAÍDOS DA OPEP SOBRE A PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO

Em 2014, a produção mundial de petróleo bruto foi, em média, de 73,4 milhões de barris/dia, um aumento de 0,7% em comparação à de 2013. Aumentos notáveis foram originados na América do Norte, particularmente nos EUA, bem como na Europa Ocidental, mais especificamente na Noruega. A produção de petróleo bruto diminuiu ano a ano na África e no Oriente Médio e manteve-se relativamente plana em outras regiões. A produção de petróleo em países membros da OPEP atingiu 30,7 milhões de barris/dia durante 2014, uma redução de 2,9% a partir de 2013, ano a ano. A cota global da OPEP para o total da produção mundial de petróleo em 2014 estava em 41,8%, menor do que em 2013, quando foi de 43,3%. Não houve por parte da OPEP uma oferta de petróleo e de líquido de gás natural (LGN). A produção de óleo não convencional avançou para 62,3 milhões de barris/dia, um aumento de 3,9% em comparação com os níveis em 2013.

A demanda mundial de petróleo foi, em média, de 91,3 milhões de barris/dia em 2014, um aumento de 1,1%, com os maiores aumentos ocorrendo na China, no Oriente Médio particularmente na Arábia Saudita, na República Islâmica do Irã, no Catar e nos Emirados Árabes Unidos e na Ásia. A demanda de petróleo na África e na América Latina em 2014 continuou sua tendência ascendente, enquanto diminuiu por mais um ano na Europa Ocidental. A demanda total de petróleo em nações membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) caiu ligeiramente durante 2014, enquanto a demanda de petróleo em países membros da OPEP aumentou fortemente por mais um ano, 2,9%, em comparação com 2013. Os destilados e a gasolina contaram cerca de 55% do total da procura mundial de petróleo e estão em tendência crescente, enquanto a procura de óleo combustível residual diminuiu por mais um ano.

Em 2014, a maioria do petróleo bruto dos países membros da OPEP foi exportada para países da Ásia e do Pacífico (13,7 milhões de barris/dia, ou 60,4%). Volumes substanciais de petróleo bruto

dos países membros da OPEP também foram exportados para a Europa (3,8 milhões de barris/dia, ou 16,7%) e a América do Norte (3,1 milhões de barris/dia, ou 13,9%). Países da Ásia e do Pacífico foram os maiores importadores de produtos petrolíferos de países membros da OPEP (2,7 milhões de barris/dia, ou 60,8%). A América do Norte foi a região que registrou o maior aumento anual nas exportações de petróleo em 2014 (0,7 milhão de barris/dia, ou 11,7%), com a maior parte desses volumes sendo produtos petrolíferos. As exportações em 2014 situaram-se em 4,5 milhões de barris/dia, enquanto, durante o mesmo ano, as importações estavam em 1,6 milhão de barris/dia, um aumento de 1,4%.

As reservas mundiais de petróleo bruto situaram-se em 1,492.9 bilhão de barris no fim de 2014, nível 0,2% superior em comparação com o do fim de 2013. Os maiores acréscimos que a OPEP teve originaram-se na América do Norte, particularmente nos EUA, bem como na Ásia e no Pacífico, predominantemente na China e na Índia. As reservas de petróleo bruto em países membros da OPEP mantiveram-se praticamente inalteradas no fim de 2014, em comparação com as de 2013, e atingiram um nível de 1,206 bilhão de barris. A cota global da OPEP em porcentagem das reservas mundiais de petróleo bruto no fim de 2014 situou-se em 80,8%.

Os países membros da OPEP mantiveram importantes players no mercado de gás natural durante 2014, tendo um padrão substancial em suas reservas naturais de gás de 95,129 bilhões de metros cúbicos. Isso marcou um ligeiro aumento de 0,1% a partir de 2013, com uma cota total mundial de 47,3%. A capacidade de refino do petróleo dos países membros da OPEP aumentou 0,6 milhão de barris/dia, ou 5,4%, durante 2014 em comparação à de 2013, com a maior parte dos aumentos originários do Oriente Médio. Em 2014, os países membros da OPEP realizaram 11,6% da capacidade total de refino mundial. A capacidade de refino mundial aumentou 0,9 milhão de barris/dia em 2014. Os ganhos nos mercados da Ásia e do Pacífico, bem como da América do Norte e da América Latina, compensaram parcialmente as perdas nos mercados da Europa Ocidental. A capacidade produtiva da refinaria no mundo avançou para 95,7 milhões de barris/dia durante 2014.

A OPEP registrou queda no preço do petróleo em média de US\$ 96,29/barril em 2014, abaixo dos US\$ 105,87/barril em 2013 e na sequência de íngreme declínio no segundo semestre de 2014. Isso representou decréscimo de US\$ 9,58/barril, ou 9%, com volatilidade de US\$ 14,56/barril, ou, de forma equivalente, 15,1% em relação à média anual. A média bruta mensal mínima foi de US\$ 59,46/barril em dezembro de 2014, e a máxima foi de US\$ 107,89/barril em junho de 2014.

A OPEP trabalha com informações detalhadas e abrangentes sobre os mais diversos aspectos da indústria mundial do petróleo, incluindo a produção, a procura, as importações, as exportações, bem como as atividades de exploração e de transporte.



O Hofburg, ou Palácio Imperial de Hofburg, é um grandioso palácio em Viena, na Áustria. Tem as suas origens num castelo-fortaleza medieval, datado do século 13, sendo continuamente ampliado até o início do século 20.



Vista interna do Palácio Imperial de Hofburg, em Viena, na Áustria – 6th OPEC International Seminar.



Público presente ao 6th OPEC International Seminar



HE Abdalla S. El-Badri, Secretary General, OPEC.



HE Ali I Naimi, Minister of Petroleum & Mineral Resources, Saudi Arabia.



OPEC
6th International Seminar



Session I – 6th OPEC International Seminar.



Session II – 6th OPEC International Seminar.



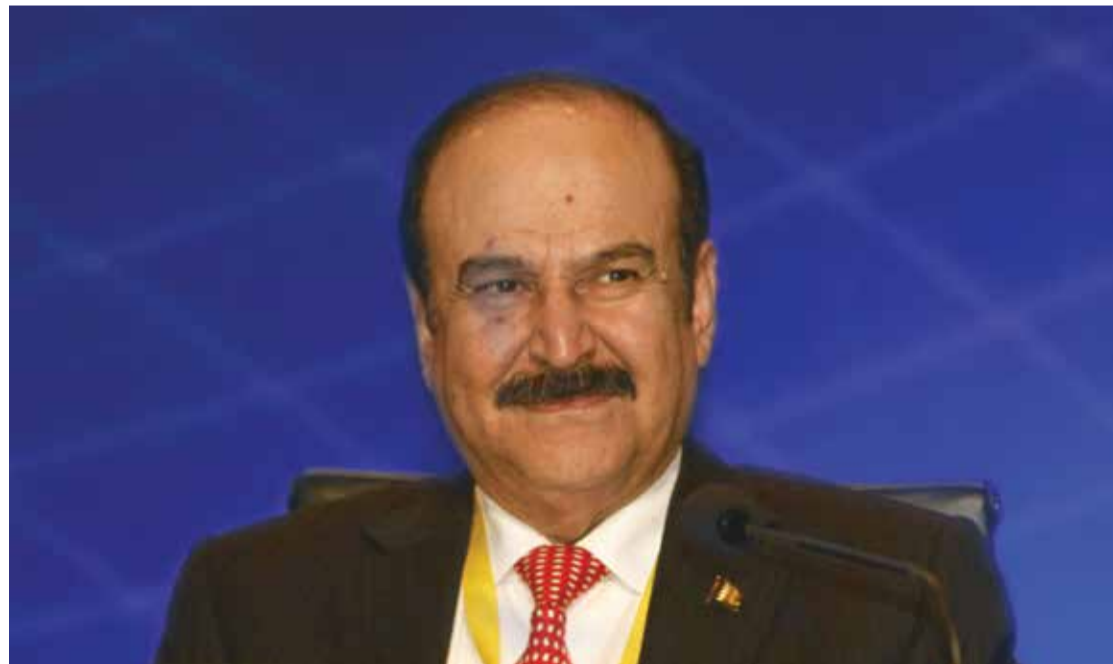
Session III – 6th OPEC International Seminar.



Session IV – 6th OPEC International Seminar.



Session V – 6th OPEC International Seminar.



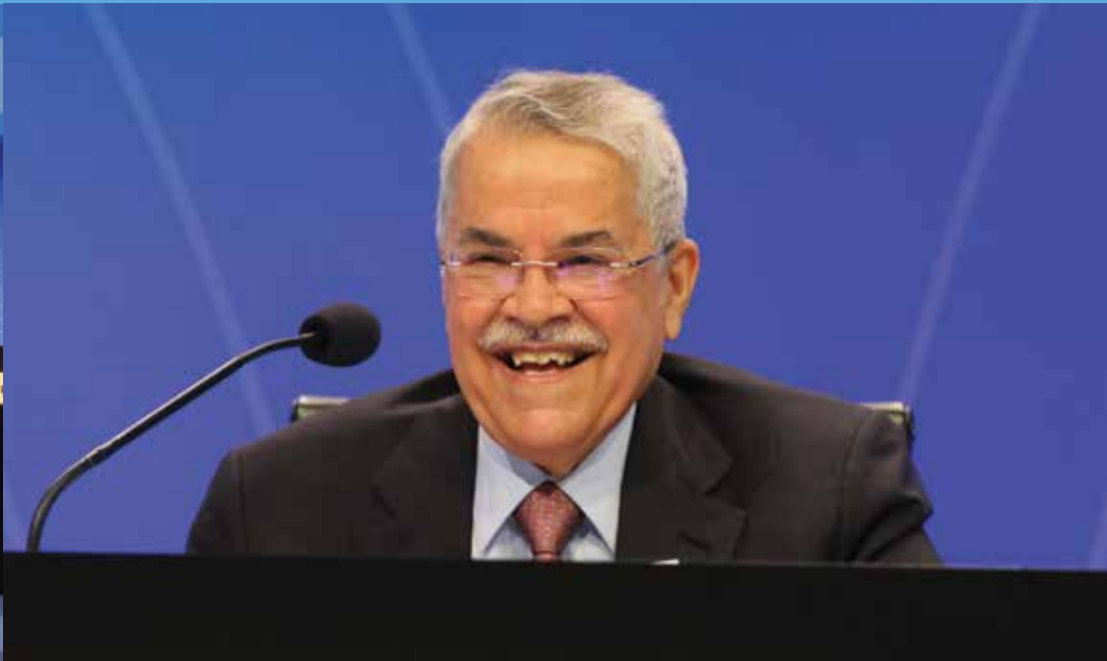
HE Dr. Abdulla S. El-Badri, Secretary General, OPEC – 6th OPEC International Seminar.



Autoridades dos países integrantes da OPEP – 6th OPEC International Seminar.



HE Abdalla S. El-Badri, Secretary General, OPEC; HE Mohammed Bin Saleh Al-Sada, Minister of Energy & Industry, Qatar; e HE Ali I Naimi, Minister of Petroleum & Mineral Resources, Saudi Arabia – 6th OPEC International Seminar.



Chairperson: HE Ali I Naimi, Minister of Petroleum & Mineral Resources, Saudi Arabia.



Chairperson: HE Bijan Namdar Zangeneh Minister of Petroleum, IR Iran.



Keynote Speaker: HE Adil Abd Al-Mahdi, Minister of Oil, Iraq.



Chairperson: HE Suhail Mohamed Al Mazrouei, Minister of Energy, UAE.



Speaker: HE Dr. Ali Saleh Al-Omair, Minister of Oil, Kuwait.



Chairperson: HE Mohammed Bin Saleh Al-Sada, Minister of Energy & Industry, Qatar.



Chairperson: HE José Maria Botelho de Vasconcelos, Minister of Petroleum, Angola.



Speaker: HE Alexander V. Novak, Minister of Energy, Russian Federation.



Speaker: HE Asdrúbal Chávez J., Minister of Popular Power of Petroleum and Mining, Venezuela.



Keynote speaker: HE Pedro Merizalde-Pavón, Minister of Hydrocarbons, Ecuador.



Speaker: HE Dharmendra Pradhan, Minister of Petroleum and Natural Gas, India.



Panelist: Dr. Faris Hasan, Director Corporate Planning and Economic Services Unit, OFID.



Speaker: Rex Tillerson, CEO and Chairman of the Board, Exxon Mobil Corporation.



Speaker: HE Maria van der Hoeven, Executive Director, IEA.



Speaker: Bob Dudley, Group Chief Executive, BP.



Speaker: Patrick Pouyanné, CEO, Total.



Speaker: John S. Watson, Chairman of the Board & CEO, Chevron Corporation.



Speaker: Ben van Beurden, CEO, Royal Dutch Shell plc.



Speaker: Markus Mitteregger, CEO, RAG (Rohöl-Aufsuchungs-Aktiengesellschaft).



Speaker: Ryan Lance, Chairman & CEO, ConocoPhillips.



Panelist: HE Dr. Seyed Mohammad Hossein Adeli, Secretary General, GECF.



Speaker: HE Dr. Aldo Flores-Quiroga, Secretary General, IEF.



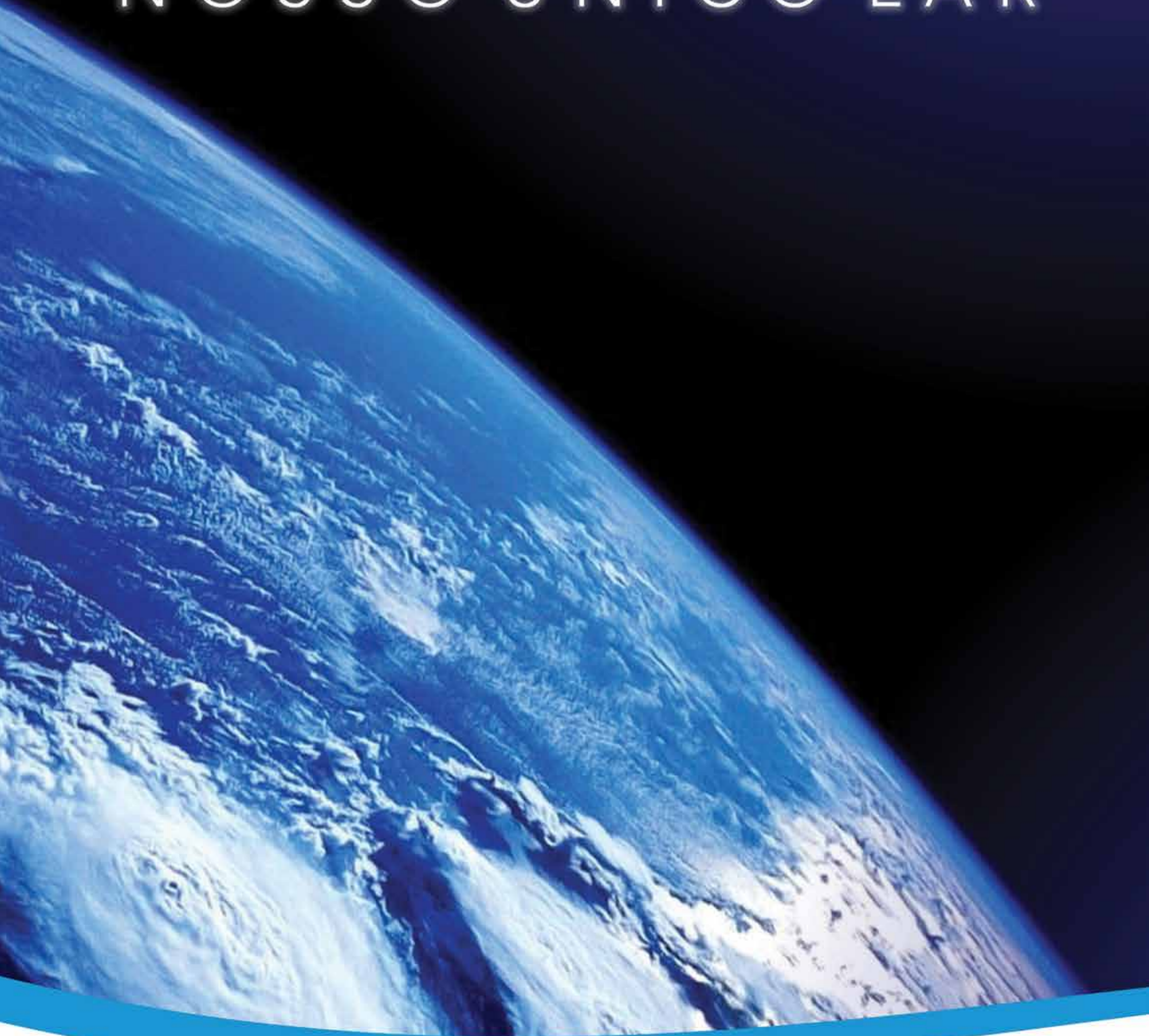
Panelist: Dr. Thomas Helbling, Chief of the World Economic Studies Division, IMF.



Chairman, Seminar Steering Committee OPEC: Dr. Omar S. Abdul-Hamid, Director, Research Division, OPEC.

T E R R A

N O S S O Ú N I C O L A R



Proteger e tornar nosso planeta um lugar melhor para toda a Humanidade, sem distinção, viver é dever de todos nós.

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB tem a honra de ser signatário do Pacto Global (*The Global Compact*) desde 2004, que é o resultado de um convite efetuado ao setor privado pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, a fim de que, juntamente com algumas agências das Nações Unidas e atores sociais, contribuísse para o avanço da prática da responsabilidade social corporativa, na busca de uma economia global sustentável e inclusiva.

O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta legalmente obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. Também não é um porto seguro para as empresas participarem sem demonstrar real envolvimento e resultados. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer estrutura global para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

O Pacto Global advoga dez princípios universais, derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Conferência das Nações Unidas contra a Corrupção.

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB adotou o *compliance* como uma de suas regras mais primárias e fundamentais para a transparência de suas atividades nos mercados privado e governamental.

PILARES & PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL





AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio constitui peça central do tabuleiro geopolítico e econômico internacional. Recentemente, a longa instabilidade no Iraque, o fenômeno conhecido como “Primavera Árabe” (alguns preferem chamar de “Despertar Islâmico”), o conflito na Síria e a ascensão de grupos islamistas radicais têm levado a região de volta aos noticiários. A Primavera Árabe resultou em mudanças de regime na Tunísia, na Líbia, no Egito e no Iêmen. A persistente instabilidade tem levado alguns a questionar seriamente a percepção inicial positiva dos movimentos. A Síria, por sua vez, sofre com conflito já considerado a maior tragédia humanitária do século 21. Na Síria e no vizinho Iraque, grupos radicais, como o autoproclamado Estado Islâmico e a Frente Al Nusra, controlam fatias de territórios, exacerbam as já tensas relações religiosas e sectárias e ameaçam as fronteiras estatais que hoje conhecemos. Nesse quadro complexo e volúvel, é fundamental que o Brasil compreenda os fenômenos do Oriente Médio e se posicione de forma equilibrada em relação aos conflitos na região.

Embora frequentemente associado a guerras, conflitos e tensões, o Oriente Médio é também terra de grandes oportunidades. O produto interno bruto combinado dos países árabes, por exemplo, somado ao de Israel e Irã, é, segundo o Banco Mundial, superior a US\$ 3,5 trilhões; a população, de cerca de 450 milhões. A região, rica em energia, com suas abundantes reservas de petróleo e gás, apresenta enorme mercado consumidor, é abundante e diversa em destinos turístico, e possui vocação natural para funcionar como ponte entre o Ocidente e o Oriente, um verdadeiro *hub* mundial. Com o avanço da tecnologia e a difusão dos meios de comunicação, sua população, de perfil demográfico jovem, passa a integrar-se de forma mais rápida com outras regiões e culturas. Basta recordar que as redes sociais tiveram efeito propulsor nos protestos em países árabes. Ao mesmo tempo, cidades como Dubai, Abu Dhabi e Doha consolidam-se como verdadeiras metrópoles globais, centros financeiros, de consumo de mercado de luxo e destinos turísticos de notável infraestrutura. O Oriente Médio é também o berço das três religiões abraâmicas, o judaísmo, o cristianismo e o islã, concentrando suas cidades e lugares sagrados. Em suma, o Oriente Médio é rico, diverso, fonte de inspiração e fé e encontra-se em rápida transformação.

O Brasil possui respeitável capital político para intensificar suas relações com o Oriente Médio. Com uma política externa alicerçada nos princípios e valores universais do respeito à soberania, dos direitos humanos, da solução pacífica de controvérsias e da amizade entre os povos, o Brasil mantém boas relações com todos os países da região, sem rivalidades políticas nem preconceitos ideológicos ou religiosos que impeçam o adensamento dessas relações. Os fatores convergem para que o Brasil e o Oriente Médio se aproximem cada vez mais.

Temos tradicional envolvimento com o Oriente Médio. Em 1876, o Imperador D. Pedro II visitou, em caráter privado, regiões do Império Otomano que hoje correspondem a Egito, Líbano, Síria e Palestina, viagem que estimulou os primeiros fluxos migratórios da região para o Brasil. Já na década de 1940, Oswaldo Aranha teve papel fundamental na aprovação do Plano de Partilha das Nações Unidas, que previa a divisão da Palestina sob mandato britânico em dois Estados. De 1957 a 1967, o Brasil enviou mais de 3.300 militares para o Batalhão de Suez, que integrou a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF).

Na década de 1970, com o crescimento a passos largos da economia brasileira e com a necessidade de importação de energia para manter esse ritmo, o Oriente Médio tornou-se parceiro comercial de destaque. No início da década, 4,2% do valor total das importações brasileiras tinham o Oriente Médio como origem. No fim da década, 32,1%. Àquela altura, o Oriente Médio chegou a tornar-se a principal origem das importações brasileiras.

Mas, desde a visita inaugural de D. Pedro II, ainda no século XIX, até a visita seguinte de chefe de Estado brasileiro à região, passaram-se mais de 120 anos. Em 2003, ainda no primeiro ano de seu primeiro mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na Síria, no Líbano, no Egito, nos Emirados Árabes Unidos e na Líbia. O Presidente Lula retornaria à região em 2009, para a Arábia Saudita, e em 2010, para Israel, Palestina, Jordânia e Catar. Essas visitas foram fundamentais para impulsionar os contatos políticos e as relações comerciais do Brasil com o Oriente Médio.

Mais recentemente, o Vice-Presidente Michel Temer visitou a região diversas vezes. Esteve no Líbano, no Catar, em Omã, em Israel, na Palestina e nos Emirados Árabes Unidos, apenas no primeiro mandato. A Presidenta Dilma Rousseff, por sua vez, foi ao Catar em 2014, em visita oficial.

Foram empreendidos esforços também para de aproximar o Brasil e seus vizinhos sul-americanos dos parceiros do Oriente Médio, em conjunto e de forma concertada. Em Brasília, em 2005, foi inaugurada a Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA). Deu-se

seguimento à bem-sucedida iniciativa com outras duas Cúpulas, no Catar (Doha, 2009) e no Peru (Lima, 2012). No âmbito da ASPA, o Brasil atua como coordenador regional pela parte sul-americana, tendo a Liga dos Estados Árabes como contraparte árabe. A ASPA consolidou-se como projeto de grande interesse dos dois lados, foi expandida para diversas áreas, e a cooperação entre as duas regiões expandiu-se para as áreas da saúde e cultura, entre outras, com encontros regulares de alto nível.

Há grande interesse também em estreitar os laços com a Liga dos Estados Árabes. Reaberta em 2009, a Missão da Liga Árabe em Brasília conta atualmente com Embaixador residente. O Brasil, por seu turno, passou a designar seu Embaixador no Cairo como representante especial do Brasil junto à Liga, tornando-se um dos países pioneiros a contar com esse nível de representação junto à organização árabe. Atualmente, encontra-se pronto para assinatura memorando para cooperação e consultas políticas entre o Brasil e a Liga Árabe, intensificando ainda mais o diálogo político regular e a cooperação com a instituição, que congrega os 22 países árabes.

É de grande relevância a contribuição dos povos árabes para a construção do Brasil contemporâneo. De fato, a herança árabe faz parte de nossa identidade nacional. O árabe imigrou inicialmente ao Brasil no fim do século 19 e princípio do século 20 continuando a fazê-lo durante boa parte do século. Eram, em sua grande maioria, sírio-libaneses cristãos. Assimilaram-se formidavelmente no Brasil e aqui prosperaram. Essa comunidade, se considerarmos as estimativas de 7 a 10 milhões, é mais numerosa do que a própria população do Líbano. Espalhada por todo o Brasil, a diáspora sírio-libanesa possui representantes nas mais altas esferas da vida pública e da iniciativa privada brasileira. No Congresso Nacional, há expressivo grupo de Deputados e Senadores de origem árabe.

Temos que ter em mente, também, a presença de uma comunidade árabe de confissão islâmica, de imigração mais recente, que começou a desembarcar a partir do conflito civil libanês (1975-1990). O censo do IBGE de 2010 indicou que, no Brasil, cerca de 35 mil pessoas se declaram muçulmanas, um crescimento de quase 30% em dez anos. Essa comunidade concentra-se em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul, mas está presente em todos os Estados da Federação.

Ainda mais recente é a chegada ao Brasil de refugiados do conflito sírio. Em setembro de 2013, o Comitê Nacional de Refugiados (Conare) adotou a Resolução Normativa Nº.17, que autorizou a concessão, por razões humanitárias, de visto para indivíduos afetados pelo conflito na Síria que manifestem intenção de solicitar refúgio no Brasil, uma vez em território nacional. Até abril de 2014, mais de 7 mil vistos já haviam sido concedidos pelas missões brasileiras no exterior, e mais de 2.400 refugiados do conflito sírio já se encontravam em território nacional, com *status* de refugiado reconhecido pelo Conare. Muitos pretendem aqui se estabelecer por longo período. Alguns foram vítimas de perseguição e não têm perspectiva de retornar à Síria, onde o conflito tem intensificado. Merecem ser bem acolhidos no Brasil e dispor das oportunidades para recomeçar sua vida.

O governo brasileiro e o Itamaraty têm em conta que essa dinâmica interna, com presença de diásporas com origens do Oriente Médio, têm impacto nas relações exteriores do Brasil. E são impactos positivos. É um valioso *soft power* brasileiro. Com o Líbano, por exemplo, os vínculos humanos, comunitários, e familiares são enormes. A densidade das relações, nesse caso, como em outros, não pode ser medida somente pelas cifras de comércio ou pelo número de visitas bilaterais. Há elementos subjetivos de grande significado.

Estamos cientes também de que não podemos “importar” as tensões do Oriente Médio. É indispensável o diálogo e o contato com as comunidades, o que temos feito. Em 2012, por exemplo, o então Chanceler Antonio Patriota promoveu o Seminário Lado a Lado / A construção da paz no Oriente Médio: o papel das diásporas, um esforço de congregar as diásporas judaica e árabe, principalmente palestina, para debater seu papel na resolução dos conflitos do Oriente Médio.

Temos também buscado superar a desinformação, o preconceito, a islamofobia. Vemos nos países ocidentais, atualmente, manifestações xenófobas e islamofóbicas, que não deveriam ter lugar no século 21. Como discursou a Presidenta da República na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2012, “como presidenta de um país no qual vivem milhares e milhares de brasileiros de confissão islâmica, registro neste plenário nosso mais veemente repúdio à escalada de preconceito islamofóbico em países ocidentais”. No Itamaraty, temos realizado, no Instituto Rio Branco, em parceria com a Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras), cursos anuais sobre o islã. Na última edição, em 2014, convidamos representantes de diversos órgãos da administração federal com o objetivo de compartilhar esse conhecimento com outros setores do governo brasileiro.

Para que o Brasil esteja mais presente no Oriente Médio, é fundamental que nossa rede de postos diplomáticos corresponda aos objetivos. São as Embaixadas que abrem as portas dos contatos políticos e comerciais e para a cooperação nas mais diversas áreas. No Oriente Médio, política, comércio e investimentos estão profundamente conectados. A abertura de representações diplomáticas é passo primordial para o adensamento das relações bilaterais com os países da região.

Assim, foi de grande relevância a expansão da rede de postos brasileiros no Oriente Médio e no mundo árabe em geral. Estamos representados em 17 dos 22 países árabes, exatamente os mesmos que possuem Embaixadas em Brasília, à exceção do Bareine, que recentemente abriu Embaixada. Desde 2003, foram abertas Embaixadas brasileiras no Catar, no Sudão e na Mauritânia, reaberta a Embaixada no Iraque e aberto o Escritório na Palestina. Além dos países árabes, no Oriente Médio, *lato sensu*, temos ainda Embaixadas em Israel, no Irã e na Turquia.

O crescimento exponencial da corrente de comércio com o Oriente Médio é também consequência da intensificação dos contatos políticos com nossos parceiros daquela região. O total de nosso intercâmbio com os países árabes em 2014 foi de US\$ 24,8 bilhões, o que representa o quádruplo de 2002, quando era de US\$ 4,9 bilhões. O petróleo continua a representar fatia significativa das importações. Vendemos principalmente carne, bovina e de frango, açúcar e minérios, mas em quantidade e valor muito mais significativos nos últimos anos. O saldo das trocas é de quase US\$ 2 bilhões para o Brasil em comércio no qual já fomos deficitários. Arábia Saudita, Argélia e Emirados Árabes Unidos são os principais parceiros comerciais brasileiros no mundo árabe. A presença diplomática do Brasil nesses países é essencial para manter o crescimento do comércio. Contamos também com a atuação de outros órgãos do governo e de Câmaras de Comércio para promover o intercâmbio com nossos parceiros na região.

Diante dos conflitos no Oriente Médio o Brasil tem mantido os princípios que ancoram sua ação externa e que constam no art. 4º de nossa Constituição. Dentre eles destacam-se: primazia dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, solução pacífica dos conflitos, defesa da paz, não intervenção e repúdio ao terrorismo. Em consonância com essas linhas mestras, em relação ao conflito na Síria, que, em quatro anos, já tirou mais de 210 mil vidas e criou uma onda de 4 milhões de refugiados na região, temos, desde seu início, defendido uma solução política e negociada, condenando o abuso dos direitos humanos e apoiado os esforços das Nações Unidas. Temos também contribuído com assistência humanitária dentro das capacidades brasileiras. O Brasil lamenta fortemente a tragédia humanitária naquele país. Repudiamos veementemente o recurso ao terrorismo e temos sistematicamente condenado grupos radicais como o autoproclamado Estado Islâmico e a Frente Al Nusra.

Quanto ao conflito israelo-palestino, mantemos nossa posição tradicional de defesa de uma solução de dois Estados, Israel e Palestina, vivendo lado a lado, em paz e segurança, com fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Defendemos a consolidação de um Estado palestino viável, com base nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital. Em 2010, o Brasil reconheceu o Estado Palestino, e, em 2012, apoiamos e copatrocinamos a resolução que elevou o *status* da Palestina nas Nações Unidas ao de Estado observador. As negociações entre israelenses e palestinos devem ser retomadas com urgência. Como afirmou a Presidenta da República em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014, o conflito israelo-palestino “deve ser solucionado, e não precariamente administrado, como vem sendo”.

Com o objetivo de contribuir para a construção de um Estado palestino economicamente viável e democrático, temos intensificado nossa cooperação humanitária com o governo daquele país e também com a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), cujo Comitê Consultivo passamos a integrar em dezembro de 2014.

Não há dúvidas de que o Oriente Médio tem sido marcado por rivalidades e tensões latentes e por conflitos, uns duradouros, outros mais recentes e bastante sangrentos. Vejo o Oriente Médio, no entanto, como região sobretudo de oportunidades, inclusive para o Brasil. Com o capital político de que dispomos, de país com princípios respeitados e política externa agregadora, temos como nos posicionar de forma equilibrada em relação aos conflitos da região, sem antagonismos ou preconceitos, fazendo amigos, não inimigos. Como uma das maiores economias mundiais, de grande diversidade, com enorme mercado consumidor e inúmeras empresas exportadoras e importadoras, o Brasil simplesmente não pode deixar de investir, política e economicamente, no Oriente Médio. É o que temos feito e continuaremos a fazer.



ESTÉTICA DENTAL – RECONSTRUINDO SORRISOS COM LENTES DE CONTATO ODONTOLÓGICAS



Graduado e pós-graduado pela Universidade de São Paulo (USP), na área de Implantes Dentários Osseointegrados e Reabilitações Orais, o Dr. Daniel Hiramatsu especializou-se na área estética, especialmente na reconstrução de sorrisos de maneira estética e natural, devolvendo aos pacientes da clínica Brånemark a autoestima e a segurança de sorrir, por meio da técnica revolucionária das lentes de contato cerâmicas. Tem um repertório de clientes que inclui artistas, executivos, banqueiros e políticos, todos eles beneficiados pelas técnicas minimamente invasivas de reconstrução do sorriso, ou seja, aquelas que envolvem o mínimo ou nenhum desgaste dos dentes naturais para a resolução de casos de extrema necessidade estética. Atualmente, além de realizar suas atividades clínicas, é professor e membro do corpo docente permanente do Brånemark Osseointegration Center (BOC □ São Paulo). Ministra cursos na capital paulista e em todo o país, divulgando a filosofia de tratamento desenvolvida e aperfeiçoada ao longo de mais de dez anos de trabalho, em conjunto com o Dr. Laércio Vasconcelos (Diretor da clínica Brånemark), nas áreas de Implantes Dentários e Estética.

Atualmente, todas as áreas, não só da medicina e da odontologia, têm voltado suas atenções para o impacto cada vez mais importante da estética na vida das pessoas. O atual estilo de vida eleva as interações sociais a níveis extremos. Basta imaginar quantas vezes, ao longo do dia, temos a necessidade de interagir socialmente, desde nosso primeiro “Bom dia”, em nosso relacionamento familiar, passando pelas interações no trabalho, nas reuniões na empresa, nas consultas, nos almoços com clientes; enfim, nas situações corriqueiras do dia a dia, como as que envolvem fotos e vídeos em eventos e em redes sociais. O sorriso participa de todas essas situações e, não por menos, é considerado nosso cartão de visitas, o responsável pela primeira impressão que as pessoas têm de nós.

Os números mostram quanto a sociedade brasileira já investe na estética. Basta observar os dados de pesquisas recentes realizadas no Brasil, onde o mercado consumidor de estética movimentou só no ano passado mais de R\$ 137 bilhões. Esse mercado no Brasil, além de ser considerável, apresentou crescimento de mais de 20% nos últimos dez anos, fazendo com que o país se tornasse o segundo maior mercado consumidor de estética no mundo, só perdendo para os Estados Unidos. Isso mostra também uma importante característica da sociedade brasileira, que é a extrema valorização da estética bucal, representada pela crescente demanda por tratamentos voltados para o restabelecimento do sorriso.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Dessa forma, uma pessoa que possui saúde bucal insatisfatória não pode ser considerada saudável. Basta ver como cai a qualidade de vida da pessoa que apresenta condição bucal insatisfatória, pois sua aparência fica comprometida, a pronúncia se altera, o hálito fica desagradável, a autoestima desce a ladeira, e os relacionamentos social e profissional também ficam comprometidos. Cuidar bem da boca, com boa higiene oral, ajuda no amor, na saúde e na profissão e contribui para o sucesso e a felicidade. Não à toa, o Dr. Ivo Pitanguy, considerado um dos mais renomados cirurgiões plásticos do Brasil e do mundo, certa vez afirmou: “Antes de fazer qualquer intervenção na face, solicito que o paciente vá a um dentista para avaliar se há infecções intraorais e se a estética dentária pode ser melhorada antes de minha cirurgia. Faça isso para evitar infecções secundárias indesejadas e para que o paciente já rejuvenesça pelo sorriso. Dentes faltando e feios chamam mais a atenção que uma pele lisinha e sem rugas”.

Lentes de contato dentais

Existem várias modalidades de tratamentos odontológicos estéticos que envolvem o recobrimento das porções externas dos dentes com finas camadas de porcelana, conhecidos genericamente como laminados cerâmicos. Esses laminados são colados na frente dos dentes e possuem a capacidade de alterar e melhorar a cor, a forma, o tamanho e o posicionamento dos dentes naturais (figuras 1 e 2).

A nomenclatura também pode variar dependendo da indicação, da espessura e da abrangência. Esses laminados podem ser conhecidos como facetas, fragmentos cerâmicos e lentes de contato dentais. Essas lentes de contato, ou laminados, podem ser feitas, além de com porcelana, com materiais alternativos, como as resinas compostas. Porém, a porcelana é o material que possui melhores capacidades óticas e de reflexão de cor, ou seja, imita a luz refletida dos dentes naturais, para resultados mais bonitos dos dentes e dos sorrisos estéticos.

A porcelana também apresenta resultados duradouros, uma vez que sua estrutura é extremamente estável, fazendo com que os dentes, depois de revestidos com esses laminados de porcelana, tenham sua cor mantida ao longo do tempo. Uma vez que formam uma fina camada impermeável na parte de fora dos dentes naturais, esses laminados os protegem, evitando o surgimento de manchas e pigmentações nos dentes provocadas pelo cigarro, pelo vinho, pelo café, por molhos e por outros alimentos corantes, responsáveis pelo escurecimento dos dentes naturais.

Você é um candidato ao tratamento com lentes de contato dentais?

Esse tipo de tratamento normalmente é rápido e direto; porém, uma consulta detalhada com o dentista especializado nesse tipo de procedimento deve ser feita. Lentes de contato dentais são rotineiramente utilizadas para corrigir:

- dentes escurecidos em decorrência de tratamentos endodônticos (tratamento de canal), de núcleos metálicos ou de infiltrações de cáries;
- dentes escurecidos por manchas de tetraciclina ou de outros medicamentos, por excesso de flúor ou por outras causas;
- dentes escurecidos pelo acúmulo de pigmentos de nicotina (cigarro), de alimentos como molhos e de bebidas como vinho e café;
- grandes preenchimentos de resina que apresentam infiltrações e manchas que causam escurecimento dos dentes;
- dentes que sofreram desgastes pela ação do tempo ou pela presença de hábitos parafuncionais, como o bruxismo e o apertamento noturno;
- dentes que sofreram algum tipo de trauma em sua estrutura ou que apresentam o esmalte com lascas ou fraturas;
- dentes tortos, desalinhados ou de forma irregular;
- diastemas (espaços entre os dentes), fechando-os; e
- qualquer alteração de forma ou de cor dos dentes.

O que deve ser analisado? Como em toda e qualquer modalidade de tratamento, um bom planejamento da reconstrução de cada sorriso deve ser feito, seguindo uma série de protocolos, que visam ao correto diagnóstico da situação atual, ou seja, identificar quais os fatores que causam os efeitos antiestéticos atuais, a fim de que, por meio desse correto diagnóstico da situação, se estabeleça o plano de tratamento e de execução da reconstrução do sorriso.

O grande desafio desse tipo de tratamento é justamente devolver a estética natural e personalizada a cada pessoa. Não existe um padrão para sorrisos. Cada sorriso deve ser único e personalizado para cada indivíduo, levando em consideração todas as nuances e características pessoais de cada um. Até mesmo características emocionais influem em um planejamento estético.

Os fatores analisados no planejamento da reconstrução de um sorriso são:

- idade e sexo do paciente. Dentes influem de maneira significativa no aspecto geral do paciente, ou seja, pessoas podem aparentar idade consideravelmente maior dependendo das características do sorriso. Dentes desgastados e amarelados dão a impressão de uma boca envelhecida. Mulheres tendem a ter dentes mais claros, arredondados, com ângulos mais suaves e com mais diferenças de tamanho entre eles. Os homens tendem a ter dentes mais planos, quadrados e uniformes;
- aspecto facial (dentes, lábios e rosto). A análise não deve restringir-se somente aos dentes. Os lábios são a moldura dos dentes e devem combinar e estar em harmonia com o rosto. Por essa razão, um detalhado protocolo fotográfico é indispensável durante o planejamento. Fotos antigas também podem ser boas referências para reconstruções estéticas; e
- abrangência dos laminados. Durante a análise do sorriso, é importante verificar quais são os dentes visíveis quando o paciente sorri de maneira natural. Assim, podem-se determinar quantos e quais são os dentes que devem ser recobertos pelos laminados. Para muitos, lentes de contato só nos seis dentes da frente não são suficientes, devendo abranger talvez dez dentes superiores e inferiores para dar a impressão de um sorriso uniforme.



Fig. 1: lente de contato dental sobreposta ao esmalte do dente natural.



Fig. 3: lente de contato colocada sobre o esmalte natural.

As lentes de contato dentais oferecem as seguintes vantagens:

- elas fornecem aparência natural aos dentes;
 - o tratamento geralmente é rápido e indolor;
 - são biocompatíveis com os tecidos gengivais. A porcelana é bem-aceita pela gengiva, que responde bem ao tratamento, promovendo contorno uniforme aos laminados;
 - as lentes de contato de porcelana são resistentes a manchas; e
 - a cor de um revestimento de porcelana, ao se sobrepor à dos dentes escuros, pode dar a eles aparência mais branca.
- As lentes de contato oferecem abordagem conservadora para mudar a cor e a forma do dente e geralmente não requerem preparação extensiva, proporcionando uma alternativa mais forte e mais estética e sendo minimamente invasivas ao esmalte dental.

Mock up: o test drive do sorriso

Para quem tem procurado saber mais sobre o tratamento com lentes de contato dentais, a expressão mock up deve ter sido citada diversas vezes. O mock up nada mais é do que uma prova do sorriso, que possibilita que o paciente veja um protótipo de seu sorriso antes mesmo de iniciar o tratamento. Normalmente, um novo sorriso é esculpido sobre os modelos obtidos por meio dos moldes feitos pelo dentista na consulta inicial. Essa escultura pode ser feita auxiliada também por programas de computador, que possibilitam a reconstrução virtual do sorriso e facilitam sua visualização e apreciação por parte do dentista e do paciente.

A partir dessa escultura e do planejamento virtual aprovado, o sorriso é transferido para a boca, utilizando-se uma resina temporária. Assim, a pessoa pode fazer uma avaliação in loco do planejamento virtual e da escultura, podendo até mesmo passar alguns dias com o mock up para uma avaliação mais criteriosa. Após esse período, essa resina temporária é removida, sem qualquer dano aos dentes naturais.

Duração do tratamento

Após a aprovação da estética pelos processos descritos anteriormente, normalmente são necessárias três consultas ao dentista. Na primeira dessas consultas, são feitos os desgastes mínimos (quando necessários) e os processos de moldagem. Na segunda consulta, são feitas as provas dos laminados em porcelana, nas quais se avalia se os resultados de cor, forma e alinhamento estão de acordo com o planejamento aprovado. Quando necessários, ajustes são feitos nessa etapa. Finalmente, na terceira consulta, as lentes de contato são coladas sobre os dentes de maneira definitiva, utilizando-se, para isso, cimentos odontológicos, que ajudam na adesão segura e duradoura desses laminados.

Lentes de contato dentais

O tratamento com lentes de contato dentais já representa uma modalidade de tratamento consagrada na odontologia, com resultados estéticos e de eficiência comprovada a longo prazo. Milhares de pessoas no Brasil e no mundo têm se beneficiado com o retorno da autoestima e da possibilidade de sorrir sem receios proporcionado pelo tratamento.

A clínica Brånemark, pioneira em tratamentos odontológicos de excelência e referência em tratamentos estéticos e reabilitações orais, acredita que qualidade de vida deve ser uma busca constante do ser humano e que soluções estéticas são uma contribuição considerável nesse contexto.



Fig. 2: lentes de contato dentais. Notar a mínima espessura dos laminados em porcelana.



Fig. 4: reconstrução do sorriso.



Comendador Regino Barros

Fundador e Presidente do Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo (CICESP)

EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE NO BRASIL VIRTUAL

Existem várias definições do que é o mercado eletrônico, ou, como muitos falam, mercado virtual. Poderíamos dizer que é a venda e a compra de mercadorias e serviços entre duas partes, envolvendo o fluxo de elétrons no vácuo ou por meio de semicondutores, equipamentos eletrônicos para facilitar a venda e a compra de mercadorias e serviços. O comércio eletrônico tem sido, na verdade, a troca de informações eletronicamente entre dois ou mais computadores. No início, isso era feito para substituir o fluxo de papéis entre empresas, como, por exemplo, as ordens de compra para um fornecedor. Com o tempo, essas ligações passaram a ser feitas por redes entre as empresas, sem a necessidade da interferência humana. Mas o que realmente popularizou o comércio eletrônico foi a revolucionária internet.

Hoje, essa revolução mexeu com a rotina das empresas tradicionais do mercado brasileiro, que fazem reposições diárias de seus estoques, integrando tanto os fornecedores como os consumidores de ponta a ponta do país pela internet. Uma média levantada, de acordo com estudos (Gartner Group), é a de que as empresas de vários setores (varejista, médica, automobilística, de produtos ou serviços etc.) que utilizam a internet reduzem em até 50% o período de estocagem de seus produtos, podendo realizar a entrega em três dias, em vez de duas semanas, aumentando sua produção em até 30% e cortando o número de fornecedores em até 40%. Além do mais, elas reduzem os custos de desenvolvimento para uso via internet em até 500%. Em 2014, o mercado eletrônico brasileiro faturou 36 bilhões de reais, tornando-se a décima maior praça eletrônica do mundo, enquanto todos os outros setores da cadeia produtiva apresentaram números recessivos, comparados aos do ano anterior (2013). No segundo semestre de 2014, as lojas virtuais venderam 20 bilhões de reais, apresentando crescimentos significativos em todas as datas comemorativas; 17% no Dia das Crianças; e 37% no Natal, quando as vendas online faturaram 5,9 bilhões de reais. O dado mais impressionante refere-se ao dia importado do calendário americano, o Black Friday, cujas vendas cresceram espantosos 51% em plena recessão da pós-eleição em 2014.

A administração da cadeia de valor da praça eletrônica significa um negócio de bilhões de dólares em nossa indústria e, além disso, é uma vantagem competitiva de alguns empreendedores pioneiros nesse nicho. Será facilmente o padrão e a regra das empresas vencedoras do amanhã. Podemos afirmar que a empresa que estiver fora da internet estará fora do mercado.

O gerenciamento de serviços é outra função importantíssima do e-commerce. Utilizar a internet para fidelizar o cliente é mais uma estratégia que vem somar a um plano de marketing empresarial, imprescindível a qualquer empresa.

Primeiramente, é preciso conhecer o público e saber quais assuntos são de seu interesse, o que ele compra e qual é sua situação financeira com a empresa. As estratégias formuladas e seus indicadores de sucesso devem estar fortemente relacionados, tendo como principal mecanismo de validação a interpretação das informações passadas à empresa por seus clientes.

A última função é a do canal de vendas propriamente dito. A empresa que não quer ser somente mais uma "empresa.com.br" precisa abranger as quatro funções.

Com o incremento do comércio eletrônico (e-commerce), a logística ganhou novas dimensões, pois se percebeu que esse novo canal de distribuição não se tratava apenas de um fluxo de informações em um ambiente virtual, mas também de um fluxo financeiro e físico.

O surgimento desse novo segmento logístico, apontado como e-logística, tende a suprir uma deficiência e reestruturação dos sistemas tradicionais. Os negócios por meio da web estão cada vez mais presentes no panorama empresarial, e essa nova realidade proporcionou maior integração do mundo virtual com o real.

Diversas empresas, ao inserirem-se nesse novo paradigma virtual, concentraram seus esforços em campanhas publicitárias e outras ferramentas de marketing para alavancar esses portais de compras virtuais, chamadas de lojas virtuais, negligenciando a logística.

Atualmente, a logística tornou-se a ferramenta que garantirá a competitividade final do produto e os lucros dos negócios. Os ambientes em que estão inseridas essas novas corporações estão sendo modificados, impulsionando as empresas a dinamizar seus processos e a repensar suas cadeias logísticas.

Com o desenvolvimento desse tipo de comércio virtual, surgiram alguns conceitos de negócio, como o B2B (Business to Business), ou seja, de empresa para empresa. O B2B caracteriza-se por um número baixo de transações, mas com grande valor financeiro. Os destaques são a gestão das cadeias de suprimentos, as tomadas de pedidos, os estoques, os preços e o rastreamento de pedidos. Por se tratar de uma área na qual as transações são mais estruturadas, o potencial da internet em aplicações que envolvem transações entre empresas é muito grande. Há também o B2C (Business to Consumer), de empresa para consumidor. Já abordamos o gigantismo de seus resultados e seu potencial, que, ano a ano, demonstra sua força, e é só o começo. Outro conceito é o C2C (Consumer to Consumer), que se refere a negócios entre consumidores por meio de redes sociais, sites pessoais e portais associativos e de grupos.

Portais de lojas virtuais, e-vitrine e e-commerce constituem um novo conceito de democracia empreendedora virtual, conjunto de espaços virtuais que formam um catálogo de comércio eletrônico que o consumidor poderá visitar e no qual poderá tomar conhecimento de serviços e produtos até o momento da compra em um mesmo ambiente virtual, tudo ao alcance de um clique. Essa estrutura é flexível e permite que pequenas empresas se associem, tornando-se competitivas e explorando um mercado ainda inédito para seu porte. Quanto maior for o número de empresas associadas, menores serão os custos com tecnologia.

O governo federal, de olho nesse filão (com imenso potencial arrecador) dos micro e pequenos empreendedores, anunciou, como parte de suas promessas de campanha, o lançamento de um portal na internet para catalogar os produtos e serviços destes. A ferramenta pretende ampliar o mercado disponível para as empresas de pequeno porte. A proposta, que ainda não decolou, é a criação de nossa praça pública eletrônica de negócios, a qual funcionaria no mesmo ambiente online que deverá ser usado por quem pretende abrir um negócio no país.

De acordo com material apresentado e amplamente divulgado, no início de 2014, à Presidente Dilma Rousseff pelo Ministro Guilherme Afif Domingos, responsável pela coordenação de políticas públicas para o segmento na Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o governo federal possui dados cadastrais de todas as empresas, mas falta criar um ambiente no qual as informações de produtos e serviços possam ser coletadas e divulgadas. Sobre o sistema que abrigará esse portal e que servirá de base para o registro de empresas no país, a primeira data anunciada é a de que ficaria pronto em junho de 2014. Infelizmente, passado um ano, ainda não contamos com esse importante instrumento de estímulo ao empreendedorismo. A proposta do governo federal prevê que a adesão ficará sob a responsabilidade de cada Estado.

O governo calcula que o país tem um potencial de quase dez milhões de micro e pequenos negócios. Praticamente 50% desses são microempreendedores individuais (MEI), que manifestaram sua legalização incentivados pela Lei Complementar nº 123/2006.

O governo federal também pretende dar a mesma visibilidade aos artesãos. Para isso, fará uso de 27 caminhões, que transportarão para grandes feiras do segmento os produtos elaborados por esses profissionais. Ainda há o projeto de organizar uma grande feira do setor, que ocorreria em São Paulo/SP, em dezembro de 2014, para fomentar as vendas durante o período que antecede ao Natal, mas o sonho de nossa praça pública eletrônica continua adiado. Se essas promessas do governo houvessem sido cumpridas, o faturamento do setor poderia ter superado a barreira dos 40 bilhões de reais. A criação dessa espécie de praça eletrônica, na qual os micro e pequenos empreendedores poderão apresentar seus produtos e serviços, ampliará o mercado desses empreendimentos em uma velocidade que provavelmente seus responsáveis jamais imaginaram. Estimular os pequenos negócios é estimular a geração de empregos formais. Dados do próprio governo mostram que esse segmento empresarial abriu cerca de um milhão de postos de trabalho no ano passado, o equivalente a 88,3% dos empregos formais criados no período. Estudos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) constataram que, além de se tornarem cada vez mais importantes na ampliação do mercado de trabalho, os pequenos empreendimentos estão se tornando mais longevos. Há dez anos, apenas a metade conseguia sobreviver mais de dois anos. Hoje, esse índice supera a casa dos 76%.

Este ano é decisivo para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa para tirar do papel uma série de projetos considerados importantes para melhorar o cotidiano dos empreendedores brasileiros. Além desse projeto (praça pública eletrônica), foi anunciado, no ano passado, o fim da substituição tributária, que, segundo o governo, elimina os efeitos positivos do Simples Nacional e reduz o capital de giro das empresas de pequeno porte.

O governo federal também acredita ser possível criar uma rede simplificada de abertura e fechamento de empresas no país, totalmente online, garantida por meio de certificação digital e operada pelas Juntas Comerciais que funcionam nos Estados.

Em síntese, estamos observando o emergir desse infinito e próspero mercado, que não se abate diante da inoperância da gestão pública; que não tolera a incompetência, a qual castiga duramente os que não o respeitam; que busca e cobra seu espaço; que encontra suas soluções presentes no cotidiano, no dia a dia da sociedade; e que há muito deixou o rótulo de modismo para os incrédulos. É nesse campo de batalha que está surgindo um novo Brasil, ágil, competitivo, extremamente criativo e bilionário. Nesse solo fértil, o empreendedorismo nacional faz seus primeiros ícones, gênios e empreendedores do mundo virtual. Nos portais, nos games, nas mais exigentes e qualificadas funções, bem como nas redes sociais, a participação de brasileiros nesse setor é significativa. Podemos exemplificar com o caso de Eduardo Saverin, cofundador da maior rede social do planeta, o Facebook, que recentemente comprou o aplicativo Instagram do jovem de 24 anos Mike Krieger, que, apesar do nome, é brasileiro. O empreendedorismo brasileiro está diante de um novo tempo, diante de um novo Brasil □ livre da burocracia da tutela do Estado □ e diante da real oportunidade de sonhar com uma qualidade de vida melhor. Nossa praça eletrônica está sendo construída pelos brasileiros. O ambiente virtual está sendo habitado pela nata do empreendedorismo nacional. Todos se encontram em um só local: nosso portal, o portal do brasileiro realizador, o portal Brasil!





Luiz Francisco Ribeiro Pinto

Presidente do Conselho Técnico da AROMMN

MARKETING MULTINÍVEL (MMN): A EVOLUÇÃO DA VENDA DIRETA

Nos últimos cinquenta anos, o mundo sofreu drásticas mudanças na maneira como vivemos, como nos relacionamos e até como nos comunicamos, principalmente nos últimos vinte anos. Com o surgimento da internet, a velocidade aumentou. Se alguém dormisse em 1995 e acordasse hoje, não saberia como se relacionar com seus amigos, como trabalhar... Até uma simples pesquisa de um assunto seria difícil. O indivíduo ficaria atordoado com a velocidade das informações e com a maneira como ela ocorre.

Com o aumento da velocidade e da oferta de informações, as pessoas enxergaram a importância de ter tempo para aproveitar a vida e a família, e cada vez mais cresce o desejo de ter seu próprio negócio e de empreender. Apesar de toda essa mudança, a maneira de trabalhar, de ser remunerado e de ser educado mudou muito pouco nos últimos cinquenta anos, e a legislação fica defasada a todo momento, pois, em vez de conceitual, ela pretende prever todos os movimentos □ o que sabemos que é impossível, pois tentar saber para onde o mundo caminhará nos próximos quinze anos é futurologia.

Por esses motivos, é necessário ter comissões para estudar novas maneiras de trabalho, sejam estas home office, sejam profissões na internet, e novas maneiras de distribuir produtos e serviços. Quando não existe um órgão para estudar e entender esses movimentos, eles tendem a ser marginalizados pelos paradigmas que a sociedade cria, pois toda novidade, em um primeiro momento, é criticada; depois, é aceita; e, depois, as pessoas aplaudem-na de pé. Até chegarem a esse momento, muitas iniciativas foram mal julgadas, atrasando a evolução do mercado.

Aqui, quero falar sobre a Associação Reguladora das Operadoras e Empreendedores de Marketing Multinível (AROMMN), uma iniciativa para organizar e regulamentar o mercado que atua com o sistema de vendas em marketing multinível. Esse modelo de vendas surgiu nos Estados Unidos na década de 1940 e se consolidou na década de 1950 como uma estratégia diferente para gerar microempreendedores, que são remunerados por suas vendas e por seu talento para recrutar e duplicar a experiência de venda nas pessoas que o empreendedor chamou para fazer parte de sua equipe. Em vez de a empresa gastar altas quantias em propaganda, ela reverte esses valores para pagar as comissões em níveis na rede, tendo como fonte de propaganda seus próprios distribuidores, que realizam o conhecido marketing "boca a boca".

Em vez de você ganhar 100% sobre seu trabalho, o que acharia de ganhar 100% sobre seu trabalho mais de 1% a 5% sobre o volume de vendas de toda equipe originada por meio de você? É maravilhoso, porque, nas vendas diretas, a rotatividade é alta, e as comissões são baixas. É semelhante a um emprego part-time. No multinível, cada pessoa é um empreendedor que tem um investimento baixo para iniciar, a empresa fornece qualificação gratuita, e as pessoas que já estão na empresa e que recrutam têm interesse em seu sucesso, pois ganham sobre você. No mercado tradicional, isso não ocorre, o custo mensal para manter seu negócio é baixo, e o risco existe, como em qualquer atividade empresarial; porém, é baixo, e só perde quem não trabalha ou desiste, como em qualquer atividade.

Para qualquer país que queira crescer, é necessário incentivar o empreendedorismo; porém, com a falta de uma mentalidade empreendedora no sistema de ensino e nas instituições financeiras do país, onde se incentivam o financiamento de cheques especiais e o uso de cartões de crédito em busca do lucro, nossos empreendedores têm opções limitadas de recursos financeiros e pouco apoio e informação.

Ainda assim, o povo brasileiro é empreendedor e, mesmo com todas as adversidades, quer empreender. Suas opções são abrir um negócio próprio ou comprar uma franquia. Ambas as opções, em média, precisam de R\$ 10.000,00 a R\$ 1.000.000,00 e têm risco de 20% a 70% de perder seus investimentos, por falta de informação ou de experiência. A franquia tem algumas vantagens, olhando-se por esse ângulo. Mas qual é a alternativa para quem tem R\$ 1.000,00 ou menos? O MMN! Centenas de milhares de pessoas que começaram com esses valores têm rendimento superior a R\$ 5.000,00/mês; dezenas de milhares, acima de R\$ 20.000,00/mês; e há até quem ganhe R\$ 400.000,00/mês, recolhendo impostos, aumentando o consumo e gerando empregos, como um pequeno empresário. O dinheiro que antes era concentrado nas grandes mídias agora está distribuído entre os distribuidores independentes, melhorando a vida de muitas pessoas e o comércio local. Não existe mínimo nem teto de ganho. Você ganha o que merece, de acordo com o verdadeiro conceito de empreendedorismo. É feito para qualquer um, pois a exigência de capital é mínima, e o apoio é melhor do que em qualquer franqueadora, pelo motivo de que não é um custo, e sim um investimento. Quem entra no MMN não está comprando um emprego, e sim um novo estilo de vida. Mas não existe segurança nesse setor. O sistema de comissão em níveis é confundido com o sistema das pirâmides financeiras, no qual, em alguns casos, empresas usam produtos como desculpa para movimentar adesões e comissões. Produtos que não existem ou que, na realidade, ninguém compraria em uma situação normal confirmam essa impressão. Como existe pouco entendimento ou informação, acabam-se generalizando e juntando os sistemas e as empresas em um único balaio, ou seja, as boas empresas pagam pelas más.

Existe também uma confusão de conceitos com relação à venda e ao consumo, que é importante esclarecer, pois, no próprio multinível, houve evolução em função da tecnologia. Nos primórdios da década de 1950, o produto era adquirido e revendido, e, cada vez que seu grupo comprasse para revender ou consumir, você ganharia comissão sobre toda a sua rede, ou seja, sobre o volume de vendas gerado pelas pessoas de sua rede, indicadas por você direta ou indiretamente. Também surgiram sistemas que comissionam por consumo em que existem poucas vendas externas. Imagine um sistema de TV a cabo ou de telefonia ou assinatura de qualquer serviço. Eu consumo a assinatura e indico-a a três amigos, que a indicam a mais três, e eu ganho sobre o volume financeiro das assinaturas geradas a partir de mim. Porém, alguns setores da venda direta criticam esse modelo, baseado em leis feitas em outros países há mais de cinquenta anos, dizendo que não pode haver somente distribuidores e que tem que haver o triplo de clientes para o número de distribuidores para se tornar legal. Essa interpretação, no entanto, depende de cada caso, pois, se for uma empresa que se propõe a vender de porta em porta, até concordo, porque, se não houver um mínimo de três para um, o sistema está com problemas, mas, se for um sistema de consumo como o caso de uma TV a cabo, isso não é possível, por ser uma venda técnica. Porém, não existe ilegalidade no fato de todos os assinantes serem distribuidores e receberem comissões.

Outro ponto polêmico é entre produtos físicos e virtuais. Os produtos virtuais não têm logística e, por isso, são de fácil expansão mundial. Imagine quantas empresas de tecnologia brasileiras podem expandir sua tecnologia por meio desse modelo. Porém, de novo, quando empresas sem nenhuma qualidade fazem algo simplesmente para rodar comissões, confundem o mercado. Há produtos que não funcionam ou sem nenhuma qualidade, e alguns acabam generalizando e maldizendo os produtos virtuais. Tem que existir um parâmetro simples. Sem a rede, a empresa vende? Existe demanda? Tem qualidade? O preço está de acordo? Ou seja, as mesmas regras que têm que existir

para produtos físicos, falsificação ou falta de qualidade existem em qualquer ramo, mas, no MMN, elas são potencializadas pelos críticos sem informação, pelos paradigmas da sociedade e pelo sistema de comissão. Temos que resolver isso de maneira simples e incentivar essa forma de empreender.

Oitenta por cento dos produtos que usaremos nos próximos dez anos ainda não foram inventados, e o sucesso de muitos desses produtos depende do sistema de distribuição. O MMN é democrático, e o lucro dessa distribuição, que hoje fica entre alguns players do mercado, ficaria, com regulamentação e esclarecimento, na mão dos empreendedores, que distribuiriam no comércio local. Pura democracia!

Na evolução do MMN, ainda se criticam empresas que pagam por dia para seus distribuidores fazerem propaganda dos produtos e serviços em seus contatos. Se o produto vender e tiver diversidade para ser divulgado todos os dias na mesma rede, qual é o problema? Esse também é um tabu a ser quebrado. O que não pode é ter um produto que ninguém usa e divulgar todos os dias na mesma rede sem resultado. A propaganda e a divulgação têm que fazer sentido e surtir resultado. Vamos imaginar uma empresa que trabalha com artistas independentes loucos para que sua música seja ouvida e divulgada. Os distribuidores da empresa vendem assinaturas desse serviço e, de acordo com sua preferência musical, escolhem todo dia uma música para divulgar a seus amigos e recebem por isso em rede. Onde está a ilegalidade? Se a empresa paga por esse serviço com suas receitas que são advindas da venda de assinatura ou de publicidade ou até da divulgação desse serviço aos artistas □ porque cada membro pode ser uma mídia, como um divulgador □, se a indicação pessoal para consumir um produto é poderosa e se o conceito e o sistema forem legítimos, por que não? Mas, se uma única empresa usa isso de maneira ilegítima, todas acabam sendo prejudicadas. Isso tem que acabar!

A AROMMN nasceu para estudar cada caso, juridicamente, matematicamente e comercialmente; para informar a sociedade; e para dar legitimidade a cada novo conceito, de forma ágil. Antes de qualquer atitude ser tomada contra qualquer empresa, vários fatores têm que ser levados em conta, porque qualquer erro por parte das autoridades pode criar danos irreversíveis aos distribuidores e à empresa.

Queremos uma lei que seja conceitual, e não que tente proteger a todos a ponto de engessar a criatividade. As pessoas têm que estar cientes do risco de empreender, e as empresas devem avisar desse risco. Não cabe às leis proteger a ponto de inviabilizar as empresas, gerando burocracia e confusão jurídica. Tem que haver parâmetros, como um produto físico ou virtual que tenha qualidade e valor; um plano matematicamente validado; uma empresa legalmente estabelecida, com sócios que comprovadamente sejam legítimos e entendam de seu ramo; e um business plan que seja validado e até acompanhado anualmente, se for o caso. Que se deixem todos os que tiverem uma boa ideia trabalhar. Se estes, dolosamente, fizerem algum mal, que se deixe clara a punição.

No mercado hoje do MMN, temos, na maioria dos casos, dois tipos de empreendedores: profissionais do multinível que nunca foram empresários e cometem muitos erros, como negociar produtos sem qualidade e executar gestão abaixo do esperado; e empresários que não conhecem de rede e acabam sendo influenciados por planos que não dão certo. Esta é a importância da AROMMN: ajudar o setor e esses empreendedores a atingir o sucesso com a segurança de que estão no caminho certo.



SUA MARCA 24 HORAS NO AR

O GRUPO KALLAS É O MAIS COMPLETO GRUPO DE MÍDIA OUT OF HOME, ATUANDO COM MOBILIÁRIO URBANO, PAINÉIS URBANOS E RODOVIÁRIOS, MÍDIA AEROPORTUÁRIA, COMUNICAÇÃO VISUAL E SOLUÇÕES EM MÍDIA DIGITAL POR MEIO DE SUAS EMPRESAS ALL SPACE, PONTO KA, CODEMP E CROMO. PIONEIRO EM MÍDIA AEROPORTUÁRIA E MAIS DE 35 ANOS DE ATUAÇÃO, O GRUPO KALLAS TEM ABRANGÊNCIA NACIONAL, DIVERSIDADE DE PRODUTOS E UMA ESTRUTURA VERTICAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SEUS CLIENTES, TRAZENDO INOVAÇÃO, SEGURANÇA, ENTREGA E RESOLUTIVIDADE.



PIONEIRA EM MÍDIA AEROPORTUÁRIA NO PAÍS E REFERÊNCIA NESTE MERCADO, COM FORTE ATUAÇÃO EM MÍDIA OUT OF HOME NA ÁREA DE TRANSPORTES A EMPRESA AINDA CONTA COM MÍDIAS EM METRÔS, TRENS, BUSDOOR, PONTOS DE PARADAS, ETC.

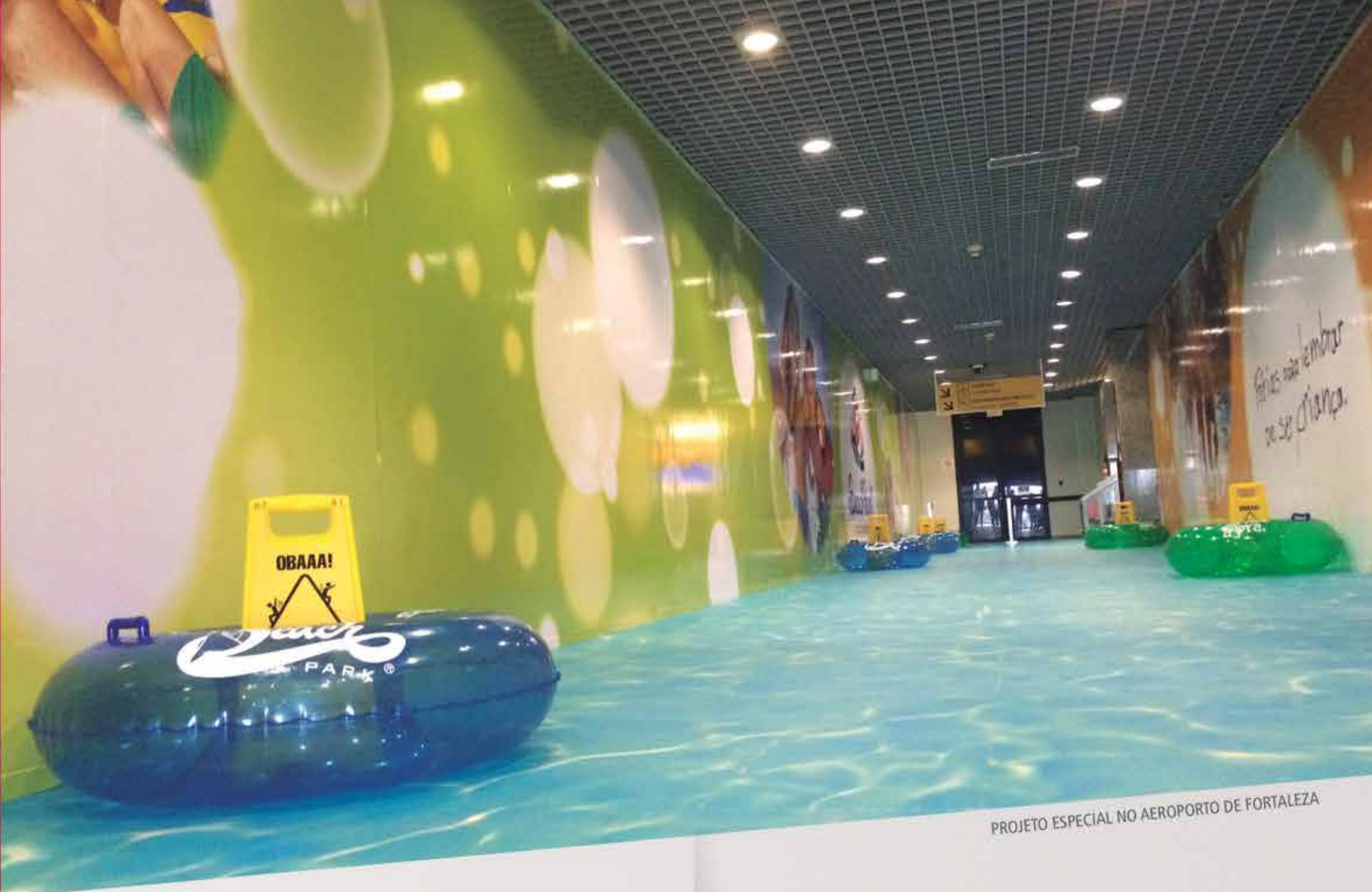


LÍDER EM PAINÉIS URBANOS, RODOVIÁRIOS E OUTDOORS. COM PRESENÇA NACIONAL E A MAIOR REDE DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS DO PAÍS A PONTO KA OFERECE UMA CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO E COBERTURA COMO NENHUMA OUTRA.



WWW.KALLAS.COM.BR

0800 723 0900 • (11) 4134-2700



PROJETO ESPECIAL NO AEROPORTO DE FORTALEZA



ATUAÇÃO EM **MOBILIÁRIO URBANO (MUB)** E **PROJETOS ESPECIAIS**. COM PEÇAS COMO MUPIS, PÓRTICOS, ABRIGOS DE ÔNIBUS, PLACAS DE RUA, BANCAS DE REVISTA, RELÓGIOS DIGITAIS E BICICLETÁRIOS, SUA EXPERTISE CONTEMPLA TODO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO, DESDE A **ANÁLISE** DAS PARTICULARIDADES, **PLANEJAMENTO** E **CRIAÇÃO** DE IDENTIDADE VISUAL.



EMPRESA DE **COMUNICAÇÃO VISUAL** DO GRUPO KALLAS, A CROMO ATUA COM FOCO NA ÁREA DE SERVIÇOS COMO **IMPRESSÃO DIGITAL, ESTRUTURAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO**, ALÉM DE DIVERSAS OUTRAS. COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, GARANTE QUALIDADE, AGILIDADE E ALTA PRODUTIVIDADE.



MEDALHA CRUZ DO MÉRITO

No dia 29 de junho, a Academia Brasileira de Honrarias ao Mérito (ABRAHM), durante as comemorações dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, no plenário do Palácio Pedro Ernesto, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, homenageou diversos jornalistas e veículos da imprensa com a **Medalha Cruz do Mérito da Imprensa Brasileira**, destacando-se, dentre esses, o *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, a revista *Caras* e a Rede Globo de Televisão, pelo trabalho que vêm desenvolvendo, ao longo dos anos, em prol do fortalecimento da democracia, por meio de informação de qualidade e seriedade.



DA IMPRENSA BRASILEIRA



O Dr. Josué dos Santos Ferreira, editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, ao lado do Comendador Regino Barros, fundador e Presidente do Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo (CICESP).



O Vereador Eliseu Kessler, entregou a Medalha Cruz do Mérito da Imprensa Brasileira ao Comendador Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do IDELB e editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*.



Abertura da cerimônia das comemorações oficiais dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro.



Abertura da cerimônia das comemorações oficiais dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro.



Personalidades do Ano, Maria Santana Mariano Silva Campos e Larissa Abrahão.



O Comendador Dr. Marcio Borlenghi Fasano, sócio-fundador – Latam da Optimise.



Comendador Alexandre José dos Santos, Diretor-Presidente da CNEC, e a Comendadora Idalina da Purificação Andrade Gonçalves.



O Vereador Eliseu Kessler e a Comendadora Isis Terezinha Cunha Penido.



O presidente do site Fato Online, Silvío Assis, Rita de Cássia Carvalho Barros, coordenadora do Cerimonial da ABRAHM e o gerente administrativo regional (RJ) da Revista CARAS, Edinoel Silva de Faria.



O Comendador Dr. Orpheu Santos Salles, editor da revista Justiça & Cidadania, e o ex-Senador Dr. João Carlos Bruno.



O Vereador Eliseu Kessler e o Secretário Municipal de Saúde, Comendador Daniel Ricardo Soranz Pinto.



O Senador Eduardo Lopes e o Vereador Eliseu Kessler.



Rita de Cássia Carvalho Barros, coordenadora do Cerimonial da ABRAHM, o ator Márcio Garcia e o ex-Senador Dr. João Carlos Bruno.



Rita de Cássia Carvalho Barros, coordenadora do Cerimonial da ABRAHM e o ator Evandro Mesquita.



O ex-Senador Dr. João Carlos Bruno, Rita de Cássia Carvalho Barros, coordenadora do Cerimonial da ABRAHM e a atriz Fernanda Montenegro.



O diretor de Projetos Especiais da Rede Globo, André Luis da Costa Dias.



A atriz Fernanda Montenegro e o ator Evandro Mesquita.



Os diretores da Rede Globo André Luis da Costa Dias e Aloisio Legey.

CONHECER A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO É A
MELHOR FORMA DE PERPETUAR A DEMOCRACIA
E GARANTIR OS DIREITOS DO CIDADÃO.



A HISTÓRIA DO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL ATRAVÉS DO TEMPO (1826-2009)

Obra única em seu segmento, o livro tem como meta resgatar a essência histórica do Poder Legislativo do Brasil, trazendo fatos sobre os hebreus, romanos, americanos, ingleses, portugueses e brasileiros desde 1826 até 2009.

A História do Poder Legislativo do Brasil Através do Tempo (1826-2009) é um verdadeiro instrumento de preservação da cultura e da cidadania nacionais, levando ao conhecimento do leitor, os pilares da democracia global.



Secretaria de
**Fomento e Incentivo
à Cultura**

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Responsabilidade social para um Brasil melhor.



O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - Idelb acredita que somente com muito trabalho, planejamento, determinação e eficiência é que alcançaremos resultados consistentes que contribuam para o desenvolvimento de nosso país.

Desde 2003, de acordo com o conceito de responsabilidade social, o Idelb conquistou tradição, credibilidade e uma história de grandes realizações pelo Brasil, visando a um futuro melhor para todos.

Acesse www.idelb.org.br e saiba mais.



Orgulho de contribuir, há 12 anos, para o desenvolvimento do Brasil.

RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltados ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", realizado pelo

IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A
Conta corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, criado pelo IDELB.



AMOR PELA VIDA

CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"


Save your life forever

Proteção à Vida da
Criança e do Adolescente
Educação Preventiva nas Escolas
sobre o Uso Indevido de Drogas



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Presidente do Conselho Antidrogas do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br



TODAS AS AUTORIDADES DO GOVERNO BRASILEIRO REUNIDAS EM UM ÚNICO ENDEREÇO.

www.lag.com.br

A LAG possui o mais completo banco de dados de autoridades do país. Uma agenda completa e atualizada, disponível nas versões impressa e eletrônica. O banco de dados é composto de 27 mil nomes de autoridades com cargos, endereços, telefones, fax, e-mail, nomes das secretárias e datas de aniversário dos titulares do 1º ao 3º escalão do Governo Federal (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), além de Governadores, Secretários de Estado, Prefeitos, Organismos Internacionais, Embaixadas, CNBB, Conselhos Federais e Entidades de Classe, perfil das principais autoridades, imprensa em Brasília, Unidades de Compra e Contratações do Serviço Público.

A Lista de Autoridades Governamentais disponibiliza recursos avançados para impressão de etiquetas, relatórios e armazenamento dos nomes



Lista de Autoridades
Governamentais

Sua Plataforma de Relacionamento com o Governo.

www.lag.com.br • (61) 3043-8105

